

Desigualdade e Jovens Mulheres Negras



Expediente

Projeto Mulheres Negras Fortalecidas na Luta contra o Machismo e o Sexismo

Coordenações gerais e direções executivas das organizações:

Ação Educativa: **Maria Virgínia Freitas.**

Criola: **Lúcia Xavier.**

Fase – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional: **Evanildo Barbosa da Silva e Letícia Rangel Tura.**

Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas: **Athayde Motta e Rita Corrêa Brandão.**

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos: **Iara Pietricovsky e José Antônio Moroni.**

Instituto Pólis: **Danielle Klintowitz, Henrique Frota e Margareth Uemura.**
Oxfam Brasil: **Katia Maia.**

Coordenação nacional do projeto: **Tauá Pires (Oxfam Brasil).**

Distrito Federal

Coordenação local: **Nathalie Beghin (Inesc).**

Equipe Inesc: **Carmela Zigoni (Assessora), Layla Maryzandra (Articuladora) e Helena Rosa (Estagiária)**

Recife

Coordenação local: **Luiza de Marillac Melo (Fase Pernambuco).**

Equipe Fase Pernambuco: **Mônica Oliveira e Rosimere Nery (Articuladoras).**

Rio de Janeiro

Equipe Fase Rio de Janeiro: **Aercio de Oliveira** (Coordenador), **Rachel Barros** (Articuladora) e **Raphaela Yves** (estagiária).

Equipe Ibase: **Rita Corrêa Brandão** (Coordenadora), **Marina Ribeiro** (Articuladora) e **Helen Nzinga** (estagiária).

Equipe Criola: **Lúcia Xavier** (Coordenação Geral), **Raika Julie** e **Viviane Gomes** (Consultoras).

São Paulo

Equipe Ação Educativa: **Maria Virginia Freitas** (Coordenadora), **Juliane Cintra** e **Raquel Luanda** (Articuladoras).

Equipe Instituto Pólis: **Anna Luiza Salles Souto** (Coordenadora)

Revisão: **Mônica Ribeiro e Ribeiro**

Ilustrações: **Fábio Gonçalves de Matos Sousa**

Projeto gráfico: **Mariana Boaventura**

Editoração: **Brief Comunicação**

Agradecimentos: **Ananda King, Gabriel Di Pierro, Helen Cordeiro, Iracema Dantas, Iris Patrícia e Poka Nascimento**. Agradecemos de maneira especial à Embaixada Britânica que financiou o projeto e possibilitou que tudo que está descrito nesta publicação pudesse acontecer.

Nota: As opiniões compartilhadas nesta publicação são de responsabilidade exclusiva de suas autoras e seus autores





Índice

	Apresentação	9
	ABRINDO OS CAMINHOS	
Oxfam Brasil	Jovens mulheres negras: o horizonte da transformação social	15
Criola	Rede Nacional de Ciberativistas Negras: narrativas coletivas como estratégia política de mulheres negras	21
	DISTRITO FEDERAL	
Hub DF	Hub das Pretas: insurgências malungas rumo a um novo marco civilizatório	33
Inesc	O Inesc na luta anti-racista: alianças necessárias no campo democrático popular	39
	RECIFE	
Hub PE	Incidência política e transformação: a luta de jovens mulheres negras de Recife e região metropolitana por equidade	49
FASE PE	Jovens negras na luta pelo direito à cidade	53
	RIO DE JANEIRO	
Hub RJ	Hub das Pretas: conexões e possibilidades na cidade do Rio de Janeiro	61
FASE RJ	Educação popular como prática de enfrentamento ao racismo	65
IBASE	O Ibase e o Hub das Pretas	73
	SÃO PAULO	
Hub SP	Hub das Pretas SP: construção da existência	83
Ação Educativa	Hub das Pretas: espaço de solidariedade de jovens mulheres negras como ação política	91
Instituto Pólis	Mulheres negras, direito à cidade e a nova ordem da resistência	101



Apresentação

Lúcia Xavier¹ e Katia Maia²

“Quando a mulher negra se movimenta, toda a estrutura da sociedade se movimenta com ela”

Angela Davis³

Esta publicação foi elaborada por Criola e Oxfam Brasil em parceria com Ação Educativa, FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social, Ibase – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas, Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos e Instituto Pólis, bem como com um conjunto de jovens mulheres negras, articuladas nos denominados Hubs das Pretas, e ciberativistas, que participaram da Rede Ciberativista. Os Hubs das Pretas e a Rede Ciberativista foram constituídos no âmbito do projeto *Mulheres Negras Fortalecidas na Luta contra o Machismo e o Sexismo*, executado entre 2016 e 2018 por meio de financiamento da *Magna Carta Fund for Human Rights and Democracy – UK Government*, via Embaixada Britânica no Brasil.

Os artigos aqui apresentados resultam de experiências compartilhadas por e com mulheres negras sobre suas vivências a partir de diferentes esferas e realidades que, de alguma forma, atravessaram o projeto. Em busca de enriquecimento teórico e metodológico, relatamos também reflexões das organizações parceiras sobre a importância dessa iniciativa e questões que envolvem a luta antirracista e antissexista no campo das organizações da sociedade civil brasileira.

Do ponto de vista da experimentação, o projeto desponta como um celeiro de inovação em metodologias, seja para pensar incidência política num contex-

1 Coordenadora-geral de Criola.

2 Diretora executiva da Oxfam Brasil.

3 Angela Davis é filósofa. A fala foi proferida durante palestra na Conferência Atravessando o Tempo e Construindo o Futuro da Luta contra o Racismo, em 26/7/2017, na UFBA/FRB, numa ação com a Odara Instituto da Mulher Negra.

to de militância autonomista e independente ou para dar conta de construir novos horizontes num período de crise das institucionalidades, cenário que se acirra para a população negra, vítima das ações de violência do Estado e do racismo institucional.

Ao todo, participaram dos *hubs* cerca de 101 jovens mulheres negras, que atuam em 100 diferentes grupos ou coletivos. Elas têm entre 18 e 30 anos, são estudantes, artistas, poetisas, produtoras, advogadas, comunicadoras, mães, ativistas e ciberativistas, moram no Distrito Federal, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Vivenciam cotidianamente o que significa ser mulher, negra e jovem em um país reconhecidamente racista, machista e que até pouco tempo nem sequer discutia as especificidades das juventudes. Muitas se identificam como bissexuais ou lésbicas, apesar de predominar a afirmação de cis, e cinco delas são transexuais. Essas mulheres atuam em coletivos urbanos ou exercem uma militância autonomista e não institucionalizada de mobilização e articulação.

Já a Rede Nacional de Ciberativistas em Defesa das Mulheres Negras articula 91 mulheres e jovens ciberativistas negras de diferentes identidades e orientação sexual, que participam também de grupos, coletivos, movimentos e organizações. Elas têm entre 18 a 60 anos, são estudantes, comunicadoras, professoras, assistentes sociais, advogadas, tecnólogas, mães. Desenvolvem ações, narrativas, projetos, estudos e pesquisas sobre temas relacionados com a vida das mulheres negras, sempre na perspectiva da defesa, proteção e promoção dos direitos humanos, por meio de ciberativismo, potencializando estratégias de comunicação desenvolvidas por mulheres negras que contestem narrativas racistas e sexistas no âmbito online e off-line.

A Rede tem representação em todas as regiões brasileiras e conta com 21 Núcleos Estaduais (NE) nos seguintes estados: Acre, Amapá, Amazonas, Bahia, Ceará, Distrito Federal/Brasília, Espírito Santo, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Paraná, Pernambuco, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, São Paulo e Tocantins.

Racismo e sexismo são processos hierarquizantes e violentos que reforçam a exploração e a expropriação de grupos historicamente excluídos. Processos que produzem sistematicamente fome, pobreza, violência, negação de direitos, baixa representação política, adoecimento e até morte. As desigualdades em nosso país são históricas e, por vezes, impedem grandes mudanças, espe-

cialmente quando, na análise do fenômeno, o racismo e as outras formas de discriminação não são consideradas elementos fundantes.

Em se tratando de periferias e favelas, a territorialidade envolve múltiplas identidades e contradições no viver a cidade. Pois, para além dos territórios, os corpos trazem impressos as dinâmicas de exclusão e dos impedimentos relacionados à mobilidade, acesso aos serviços, espaços públicos e bens comuns. As autoras trazem em suas falas o componente do território como sendo algo determinante na vida das pessoas, seja para o exercício pleno do Direito à Cidade, ou mesmo sobre uma total negação de direitos, o que na maioria das vezes representa a realidade dessas mulheres.

Em suma, desigualdades, direito à cidade, racismo, sexismo, identidade, protagonismo, organização coletiva, narrativas de si, vocalização e aprendizados, são os pontos em destaque para a leitura desta publicação. Consideramos o projeto um marco na construção de parceiras e alianças em prol do enfrentamento das desigualdades urbanas, especialmente com foco em mulheres negras.

As mulheres negras têm pressa! As organizações envolvidas nessa ação acreditam que, no horizonte de enfrentamento das desigualdades, a escuta ativa das mulheres negras e o reconhecimento das propostas que elas trazem, deve ser central para que ocorra qualquer mudança estrutural no país em benefício de toda a população.



ABRINDO OS CAMINHOS



Fabio Gonçalves de Matos Souza

Jovens mulheres negras: o horizonte da transformação social

Tauá Lourenço Pires⁴

A Oxfam Brasil é uma organização brasileira que foi criada em 2014 com a missão de contribuir para a construção de um Brasil justo, sustentável e solidário, que elimine as causas da pobreza e das desigualdades. Para nós, desafiar as desigualdades é ampliar espaço, voz e poder às pessoas para que possam exercer seus direitos plenamente e viver com dignidade. A Oxfam Brasil é membro de uma confederação internacional, a Oxfam, formada por 20 organizações atuando em cerca de 90 países. Uma rede que trabalha em parceria com outras organizações através de programas, campanhas e ação humanitária, promovendo a justiça social, os direitos humanos, o combate à pobreza e às desigualdades.

Tendo em vista essas premissas institucionais, somadas ao espaço urbano como expressão cotidiana de exclusões e disparidades, a Oxfam Brasil apresenta, em 2015, a proposição de elaborar um programa conjunto com Ação Educativa, Fase, Ibase, Inesc e Instituto Pólis, com o objetivo de contribuir para o enfrentamento das desigualdades nas grandes cidades, promovendo os direitos das juventudes e o aprofundamento da democracia.

A partir de uma análise coletiva, juventude, gênero e raça são assumidos como fundantes na elaboração do programa intitulado *Desigualdades nas Cidades: Juventudes, Gênero e Raça*. As juventudes, além de representarem um segmento que vivencia e expõe as diferentes desigualdades na cidade, trazem formas muito inovadoras de ativismo, de mobilização para incidência em políticas públicas e para provocar mudanças. Por outro lado, não é possível ignorar o fato de que as desigualdades no Brasil afetam mais diretamente as mulheres e a população negra, em especial residentes nas periferias, favelas e bairros mais distantes do centro.

⁴ Pernambucana, Historiadora, Especialista em Gestão de Políticas Públicas de Gênero e Raça pela UNB e Coordenadora de Programas na Oxfam Brasil.

É dessa percepção que se estabelece um dos objetivos específicos do programa: apoiar grupos, coletivos e organizações juvenis no enfrentamento das desigualdades e do racismo a que são submetidas as jovens mulheres negras.

Em 2016, quando surge a oportunidade de aplicar para o edital da *Magna Carta Fund for Human Rights and Democracy – UK Government*, criamos conjuntamente o projeto **Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e o sexismo**. Nesse período, a organização Criola se soma enquanto co-proponente e passa também a integrar o programa. Essa mudança é um marco importante. A Criola traz para essa aliança um aporte político, teórico e metodológico único e também, como uma organização de mulheres negras que atua com mulheres negras, nos coloca o desafio do “nada sobre nós, sem nós”. Uma importante aprendizagem ao longo desse processo.

Desigualdade e direitos

Desde o início assumimos como premissa que, em se tratando da realidade brasileira, seria impossível almejar uma sociedade mais justa e igualitária sem considerar as questões de gênero e raça como estruturantes. Mais de 53% da população brasileira é formada por negros e negras. Apesar de ser a maioria, essa população representa muito pouco entre a parcela mais rica do Brasil: do 1% no topo da pirâmide da riqueza, apenas 17,4% são negros e negras, segundo o IBGE⁵. Por outro lado, são a maioria na base da pirâmide: dos 10% mais pobres, 76% são negros e negras.

O relatório *País Estagnado*⁶ – *um retrato das desigualdades brasileiras*, lançado pela Oxfam Brasil em 2018, já chamava atenção para o fato de as desigualdades de renda entre grupos raciais terem aumentado nos últimos dois anos. Desde 2011, a equiparação de renda dos negros está estagnada. Em 2016, negros ganhavam R\$ 1.458,16 em média, o que corresponde a 57% dos rendimentos médios de brancos, equivalentes naquele ano a R\$ 2.567,81. Já em 2017, os rendimentos médios de negros foram de R\$ 1.545,30 enquanto os dos brancos alcançaram R\$ 2.924,31, diminuindo a razão de rendimentos para 53%.

Ao lançar um olhar sobre as desigualdades raciais, percebe-se que o sistema tributário brasileiro, que é regressivo, impacta de maneira mais contundente a

5 Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) divulgada em 2017.

6 Oxfam Brasil. Relatório País Estagnado – um retrato das desigualdades brasileiras. 2018.

população negra: ser pobre significa pagar mais tributos, mas ser pobre e negro significa pagá-los sobre uma base de renda menor, fragilizando ainda mais a condição de famílias negras.

Ainda, quando analisamos pesquisas como a PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios/IBGE) ou o Mapa da Violência, por exemplo, fica evidente que a parcela da população que sofre com os piores índices é justamente a negra, especialmente mulheres negras. São as mulheres negras as mais atingidas pelo desemprego, a maior parte das mulheres encarceradas, mais da metade das mulheres assassinadas, o principal grupo de pessoas pobres e a menor representação política no país.

Embora todos esses dados sejam estarrecedores e inaceitáveis, o mais problemático é quando a sociedade passa a aceitar essa situação como algo habitual, sem se dar conta que, apesar desses índices estarem diretamente ligados a população negra, todas as pessoas são prejudicadas com a desigualdade.

Papel das organizações sociais

Muitas das organizações da sociedade civil, também conhecidas como organizações não governamentais ou sem fins lucrativos, carregam em seu DNA a razão de ser pautada no exercício da democracia, na promoção e na defesa de direitos. Em um país como o Brasil, marcado pela escravidão, que vivenciou mais de 20 anos de ditadura civil-militar e que possui uma Constituição recente, com apenas 31 anos, essas organizações da sociedade civil cumprem um papel necessário de pautar o Estado e adensar a mobilização social para o fazer político.

É essa composição de diferentes atores sociais na arena pública que permite um debate profundo sobre o bem-estar do conjunto da sociedade. Aqui, estamos dizendo que os temas de interesse público passam por disputas conceituais, de entendimento e de princípios. A título de exemplo, embora o aquecimento global seja uma emergência cientificamente comprovada, os compromissos não são naturalmente assumidos pelos países, alguns podem inclusive se contrapor. Ou seja, mesmo quando se estabelece um compromisso internacional como o Acordo de Paris⁷, cabe especialmente à sociedade civil assumir uma voz crítica que monitora e questiona em prol do interesse público.

7 Acordo internacional no âmbito da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima, assinado em 2015 contendo medidas para redução de emissão de gases estufa. Ver na íntegra: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2016/04/Acordo-de-Paris.pdf>

O papel das organizações sociais é uma parte dentro do mosaico que envolve outros tecidos sociais, como povos, comunidades tradicionais, associações, coletivos, redes, fóruns, movimentos sociais, igrejas, universidades, sindicatos, organismos internacionais, dentre outros. Não existe sobreposição, tampouco substituição nessas funções. São essas diferentes vozes que constroem o debate que envolve também o mercado e, naturalmente, o Estado, cujo papel também é alvo de disputa.

As organizações parceiras a quem demos as mãos são todas históricas no campo democrático popular, na defesa de direitos e com amplo reconhecimento nas temáticas de direito à cidade e juventudes. O projeto permitiu impulsionar alguns aspectos da natureza do trabalho das organizações, cabendo destacar: assessoria técnica, articulação política e produção de conhecimentos.

Metodologia: Pedagogia afrocentrada

Porém, agir coletivamente e se propor a mobilizar coletivos de jovens mulheres negras é uma tarefa complexa porque significa desconstruir o *modus operandi* com que as organizações estão habituadas. Um primeiro aspecto poderia ser a militância, não necessariamente vinculada a movimentos, partidos, sindicatos e igrejas. Um coletivo pode ser composto por poucas pessoas ou muitas, ter uma única temática, ter diferentes formas de atuação, ter ação localizada ou em vários territórios, transitar em diferentes segmentos, ter curta duração, ser fluido, ter uma porta voz ou várias representantes. Para além dos coletivos, algumas jovens mulheres negras também são autonomistas ou ocupam espaços nas mídias digitais, o que vem se configurando cada vez mais como outra arena de disputa e militância.

Essa resignificação trouxe consigo muitos aprendizados, com formação de equipes constituídas em sua maioria por mulheres negras.

Da mesma forma, as contratações que o projeto movimentou foram compostas 100% por profissionais negras. Mulheres negras atuando com outras mulheres negras. Literatura, tecnologia, conexões, redes de apoio e arte assumindo um escopo metodológico afrocentrado.

No caso do projeto, optamos pela ideia de formação de *hubs* de mulheres jovens negras, enquanto espaços de articulação para irradiar informações, criações, soluções locais, cultura e posicionamentos frente às violações de direitos. Nesse

sentido, vale destacar outro aprendizado que resguarda a violência. Propiciar compartilhamento de experiências e espaços de co-criação significa presenciar uma riqueza intelectual e de atuação dessas mulheres e, ao mesmo tempo, as dores que todas carregam por terem diferentes formas de violência atravessando suas trajetórias, principalmente pelo racismo institucionalizado. Daí lidar com esse componente pode ser catártico, pode acionar traumas, pode disseminar sensações ruins, dentre outros aspectos. Pode também ser transformador quando afeto e cuidado são incorporados como parte da ação política.

Nossas metodologias, tanto nas reuniões nacionais como locais, foram embasadas num diálogo de cunho libertário, calcado na autonomia das sujeitas ali representadas, dando ênfase à importância da participação popular consolidada, que abre possibilidades de transformação. A escuta ativa se consolidou como um instrumento fundamental na construção metodológica e pedagógica desse processo junto às jovens.

Retomar sonhos e trabalhar para que outras pessoas também possam sonhar

A parcela da população mais vulnerável vai ficando cada vez mais à margem, com pouco acesso a bens, serviços e equipamentos públicos. Essas pessoas também não se movimentam da mesma forma, seus corpos são controlados como se pertencessem a determinados territórios. Essa exclusão se intensifica com fatores que se interseccionam: ser negro, ser mulher negra, ser jovem mulher negra, ser mulher negra trans, ser de periferia ou favela, dentre outros.

É possível que essa situação faça com que boa parte das jovens mulheres negras que residem em periferias e favelas não consigam se projetar em médio e longo prazos. Perguntar o que gostariam de fazer daqui a cinco anos pode ter pouco espaço para reflexão diante da necessidade de sobreviver, resistir e existir. Iniciativas como o Hub das Pretas e a Rede Ciberativista contribuem para que sonhos sejam retomados numa perspectiva que perpassa o individual, o coletivo e o institucional.

Sonhar é acreditar num horizonte onde projetos se concretizem e mudanças acontecem. Sonhamos com uma sociedade menos violenta, mais justa e igualitária, onde todas as pessoas possam sonhar.



Fabio Gonçalves de Matos Souza

Rede Nacional de Ciberativistas Negras: narrativas coletivas como estratégia política de mulheres negras

Criola

Mônica Sacramento⁸

A realização do projeto **“Mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e sexismo”** (2016-2018) é simultânea aos retrocessos em relação às agendas em Direitos Humanos de gênero, raça, juventude, nas diferentes esferas governamentais, evidência do delicado momento em que passa a democracia brasileira.

Vincula-se, ainda, à situação de extrema vulnerabilidade e riscos na vivência da condição juvenil, negra e de gênero evidenciadas pelos alarmantes números de execuções de mulheres negras (jovens e adultas; cis e trans) em casos de violência doméstica, feminicídio, transfobia, lesbofobia e, mais especialmente, em ataques direcionados às ativistas negras, a exemplo do que ocorreu com Francisca das Chagas Silva (2016) e Marielle Franco (2018).

A oportunidade de um registro sobre as experiências de constituição da Rede Nacional de Ciberativistas Negras e seus acúmulos representa a possibilidade de sistematizar a memória deste processo organizativo. Representa, ainda, a possibilidade de questionamento e discussão sobre as dinâmicas de silenciamento operacionalizadas pelo racismo e sexismo, estruturais em nossa sociedade, e sobre os processos de (des)autorização de quem pode falar, quando e sobre o que podem falar⁹, presentes entre nós.

8 Mônica Sacramento é coordenadora de projetos vinculados à área de Fortalecimento de Mulheres Negras na Criola.

9 Considera-se a perspectiva de Grada Kilomba (2010) sobre a compreensão do falar e do silenciar como projetos análogos. Na relação entre quem fala e quem escuta, encontra-se o Ouvir considerado como ato de autorização em direção à/ao falante, que definiria, em última instância, posições de pertencimento e legitimação. In JESUS, Jessica Oliveira de (Tradução). A Máscara (Grada Kilomba). Cadernos de Literatura em Tradução, n. 16, p. 171-180, 2016. Disponível em <http://www.revistas.usp.br/clt/issue/view/8670>

O Ciberativismo é um conjunto de práticas, estratégias e ações realizadas nas redes cibernéticas — principalmente na Internet — que buscam mudança social. Impulsionada por Criola, a Rede de Ciberativistas Negras constituiu-se, em 2017, com a proposta de lutar em defesa das mulheres negras e militar através do uso de Novas Tecnologias de Informação e Comunicação (NTICs) para a produção e compartilhamento de discursos não hegemônicos.¹⁰

[...] Surgimos para atuar em defesa dos direitos das mulheres negras, buscando desencadear ações rápidas, através do ciberativismo, bem como potencializar estratégias de comunicação desenvolvidas por mulheres negras que contestem narrativas racistas e sexistas no âmbito online e offline. Queremos com isso visibilizar denúncias de violação dos nossos direitos, estimulando a geração de respostas à nossa vulnerabilidade enquanto mulheres negras no Brasil. Queremos também provocar mudanças nas políticas públicas que afetam a vida das mulheres negras, intensificando os processos participativos de formulação de políticas.¹¹

Com representações nos estados, a Rede tem definido ações (encontros virtuais e presenciais) e agendas (mortalidade materna, segurança digital, autocuidado). Priorizando pautas vinculadas às mulheres negras, setorizadas ou alinhadas com a agenda nacional, vem testando processos de organização e dinâmicas de mobilização. Constituiu-se, igualmente, como difusora de pesquisas, informações, guias sobre segurança digital, sendo também mobilizadora de petições e demais instrumentos de incidência política pelas redes sociais.

Considerando o processo colaborativo utilizado como metodologia na constituição da Rede, desde sua origem, além da difusão de experiências quanto ao uso das NTICs, reunimos as vozes de mulheres negras e ativistas para apresentação de um panorama mais amplo sobre as dinâmicas, agendas e desafios de seus contextos de ativismo político e de ciberativismo.

O convite feito a representantes de núcleos das regiões foi aceito por três delas, que, seguindo um roteiro amplo organizaram as informações e compartilharam suas experiências de composição e amadurecimento político.

Os textos expõem realidades e experiências. Escritas em primeira pessoa, as narrativas se conectam umas às outras, em camadas sobrepostas e numa teia de sentidos e impressões.

10 Consultar <https://alyne.org.br/category/rede-ciberativistas-negras/>

11 https://www.facebook.com/events/100868684012916/?active_tab=about

Ao aproximar-se desta temática e oferecer suporte e interlocução para seus desdobramentos, Criola fomenta um processo local que aposta na aglutinação de experiências e modos de “fazer ativista” entre mulheres negras, considerando suas especificidades e, sobretudo, potencialidades.

Trata-se de integrar experiências geracionais, territoriais, pautas, informações por meio do diálogo entre diferentes-iguais, colaborando com a constituição de novas redes e com o fortalecimento de outras já existentes.

Um pouco da realidade do Núcleo de Ciberativistas do Maranhão

Ivana Braga¹²

*“Que palavras ainda lhes faltam? O que necessitam dizer? Que tiranias vocês engolem cada dia e tentam torná-las suas, até asfixiar-se e morrer por elas, sempre em silêncio?”
(Lorde, Audre, 1977)*

Iniciamos com essas provocações da escritora porque no núcleo de ciberativistas em São Luís (MA), a leitura coletiva de “A Transformação do Silêncio em Linguagem e Ação”¹³ gerou mais que um debate... Ela nos conectou.

Retomo a essas questões de Lorde porque elas dizem muito sobre nós, sobre o porquê de integrar a Rede Nacional de Ciberativistas Negras e constituir um núcleo no Maranhão. Foi a partir dessa intensa discussão que encontramos uma identidade comum, falante.

Ao conversar sobre o que necessitamos dizer, percebemos que estamos abarrotadas de histórias com potencial de transformação e que essas narrativas não alcançavam visibilidade em nosso estado.

12 Ivana Braga é jornalista e mestranda em Políticas Públicas na Universidade Federal do Maranhão.

13 Comunicação de Audre Lorde no painel “Lésbicas e literatura” da Associação de Línguas Modernas em 1977. Disponível em <https://www.geledes.org.br/a-transformacao-do-silencio-em-linguagem-e-acao/>.

Violência, racismo, invisibilidade, maternidade, comunicação, cultura, infância e juventude, silenciamento, esquecimento, autocuidado, direitos humanos... Os temas preferenciais eram variados, o que só evidenciava a diversidade em nós. Mas, o ponto comum foi que, naquele momento, pareceu-nos que o lugar do silêncio ou do grito isolado não seria o nosso. Era possível ter estratégia.

Historicamente, no Maranhão há organização e mobilização de mulheres negras. Entretanto, após a entrada de mais jovens nas universidades e a realização da Marcha Nacional das Mulheres Negras contra o Racismo, a Violência e pelo Bem Viver (2015), vários coletivos feministas negros, organizações de mulheres e alguns grupos de estudo e pesquisa centrados em negritude floresceram. Novas artistas junto às tradicionais militantes da cultura, também, fortaleceram as questões da mulher negra em suas obras, ocorrendo o mesmo com as organizações mistas que intensificaram o debate sobre estas questões.

Desde o lançamento do núcleo buscamos falar sobre a necessidade de pluralidade de vozes na comunicação. Durante o diálogo, quando da apresentação da Rede Nacional de Ciberativismo e do Núcleo Estadual, algumas delas compartilharam que tinham dificuldade com comunicação e em fazer suas mensagens reverberarem. Viam o Núcleo com potencial para formação e compartilhamento de informações na área. Acreditavam que seria capaz de dar maior visibilidade a histórias de mulheres negras, denunciando as violências do racismo e sexismo.

Fazemos intervenção junto ao Conselho Estadual da Mulher cobrando repostas quanto ao assassinato da sindicalista rural Francisca das Chagas¹⁴; levamos o *Blocão das Pretas* para o 8 de março; participamos da campanha *Basta de Violência Contra as Mulheres* (25 de novembro).

Em 2018, a partir de uma reflexão sobre o contexto político e, principalmente, sob o impacto do assassinato da vereadora Marielle Franco¹⁵, as integrantes do Núcleo declararam apoio e contribuíram na campanha da candidata a depu-

14 Francisca das Chagas Silva foi morta na madrugada do dia 1º de fevereiro de 2016, com sinais de tortura e violência sexual. Quilombola do povoado Joaquim Maria, na zona rural do município de Mirando do Norte (Maranhão), Francisca era dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Mirando do Norte. O caso corre em segredo de justiça sem apontar os mandantes do crime.

15 Marielle Franco foi eleita Vereadora da Câmara do Rio de Janeiro, pelo PSOL – Partido Socialismo e Liberdade, com 46.502 votos. Foi executada, em 14/03/2018, junto ao seu motorista, Anderson Gomes, em uma emboscada no bairro do Estácio.

tada estadual Cruzamar de Pinho (PT)¹⁶, mulher negra, referência em movimentos sociais do campo e da cidade por sua liderança na organização União por Moradia Popular.

Atualmente, há três temas discutidos na Rede Nacional e que precisamos aprofundar. O primeiro deles é Segurança na Internet. O resultado das eleições presidenciais e a tomada de poder contrário aos avanços e garantias sociais, instituídas a partir de 2003¹⁷, somado às práticas de hackeamento, aos ataques cibernéticos¹⁸, violências e perseguição contra ativistas, além do fácil acesso a dados pessoais na internet, torna evidente a urgência de se proteger e também saber multiplicar este conhecimento com outras mulheres e redes com as quais nos relacionamos, para minimizar riscos de exposição delas e das ações que articulamos conjuntamente. O segundo tema é o autocuidado que mantém relação com o atual cenário que acirra o racismo, as desigualdades de gênero e classe social. Por fim, pensar alternativas de resistência, que é nossa terceira prioridade.

É fato que o Maranhão vive um momento político distinto de grande parte dos estados brasileiros, mas mesmo aqui grupos conservadores estão fortalecidos. A militarização dos espaços públicos tem sido a resposta a ações de facções criminosas que arregimentam meninas e meninos, mães e pais de famílias para suas guerras por território.

Nas comunidades, o uso abusivo de álcool e outras drogas agravam situações de violência doméstica e entre grupos, tudo é motivo para o assédio de neopentecostais, que buscam desenvolver um trabalho de resgate da dignidade, mas, contraditoriamente, exigem a ruptura com laços da identidade e cultura

16 Cruzamar de Pinho é assistente social, nascida em Codo-MA, foi candidata a Deputada Estadual no Maranhão pelo PT - Partido dos Trabalhadores.

17 Sugere-se a leitura de FIGUEIRA, Talita Vieira; CASTRO, Amanda; CÓRDOVA, Ismael de; FER-NANDES, Fernanda de Souza. Ataques Cibernéticos: Representações Sociais da pessoa negra na internet. *Id on Line Rev. Mult. Psic.*, 2018, vol.12, n.41, p.551-569. ISSN: 1981-1179.

18 De acordo com o estudo conduzido pelo Prof. Dr Luiz. Valério Trindade sobre o perfil das principais vítimas de discriminação e discursos de ódio nas redes sociais, 81% dessas pessoas são mulheres negras entre 20 e 35 anos, bem-sucedidas. Defendida na Universidade de Southampton, o estudo analisou 109 páginas de Facebook, 16 mil perfis de usuários, 224 artigos jornalísticos que abordaram casos de racismo nas redes sociais brasileiras. A pesquisa de campo foi realizada em São Paulo e no Rio de Janeiro, entre julho e setembro de 2016, para a coleta de dados do Facebook. Além destes, o pesquisador realizou oito entrevistas em profundidade com diferentes atores sociais (líderes de ONGs, secretaria municipal de direitos humanos, secretaria municipal de igualdade racial, entre outros)

negra, além de deixarem explícitos seus interesses políticos, com orientação de voto.

Essa realidade envolve as militantes, que também estão nos seus próprios *corre* da superexploração do trabalho, ou da falta dele. Não se trata somente da rotina mais pesada, imposta por uma condição de classe social e dos péssimos ou inexistentes serviços públicos na periferia.

Como militantes, fazer a diferença na universidade pode significar dar conta da bibliografia eurocêntrica e, em paralelo, ir atrás de autoras e autores negros; pode, ainda, significar pautar a questão racial numa reunião e, logo, o que era coletivo, volta a ser individual, pois vai caber a você executar suas propostas. Dentro desse contexto, tem-se ouvido muito: “*tô aperreada*” e “*muito cansada*”!

Da mesma forma, a partir das discussões na Rede de Ciberativistas Negras e das formações possibilitadas por Criola, uma alternativa de resistência, para nós, passa também pela comunicação, por uma disputa de narrativas e sentidos, com o protagonismo de mulheres negras. Passa, também, por outro e diário desafio que é a articulação em rede.

“Eu não sou do mesmo perfil que vocês!”

Drica Monteiro¹⁹

Conheci a Rede Ciberativista através de um link disponibilizado no grupo do Movimento Negro Unificado (MNU), que chamava mulheres negras para o webinar “Mulheres Negras e Ciberativismo”. Participei do webinar, achei interessante e passei a participar do encontro presencial que saiu como encaminhamento desse primeiro contato.

Nunca tinha pensado na possibilidade de aprender algo sobre ciberativismo. O Encontro Nacional da Rede Ciberativista Negras (2017) foi um divisor de águas na minha vida.

¹⁹ Drica Monteiro participa do Coletivo AMARA e do Movimento Negro Unificado (MNU). É Assessora Técnica da Secretaria de Direitos Humanos e Trabalho do município de Vitória/ES e coordenadora da Rede Nacional de Ciberativistas Negras.

Falei com as meninas, em sua maioria, blogueiras: *“Eu não sou do mesmo perfil que vocês, eu não entendo sobre ativismo em internet, minha militância é ligada às periferias e política... Lucia Xavier logo respondeu: Por isso está aqui, pois usou seu Facebook para denunciar questões sérias na política...”*

Saí do encontro com a missão de montar a rede no Estado do Espírito Santo, porém logo após meu retorno tivemos uma crise na Segurança Pública do Estado chamada de “Fevereiro Sangrento”²⁰.

Através da Rede, comecei a fazer boletins diários no Facebook divulgando a situação do Estado, principalmente, em Vitória. As meninas da Rede compartilhavam e, depois, fizemos uma petição, que ficou no Portal Alyne para assinatura, para investigação das mortes. Do mesmo modo, agimos no caso de um Centro Municipal de Educação Infantil (CMEI) ao apoiar a professora que sofria ataques por apresentar a história das bonecas Abayomi²¹.

Além de conhecer outras experiências de mulheres e coletivos extraordinários, vejo que a troca é muito valiosa. A Rede passou a ser o local onde me informo e passo informações das coisas aqui ocorridas.

20 De 02 a 23 de fevereiro de 2017, o Estado enfrentou a maior crise na Segurança. Um movimento envolvendo policiais militares (PMES) e suas famílias paralisou as atividades da tropa gerando protestos, elevação da violência e intervenção da Força Nacional de Segurança.

21 Com 32 anos de existência, as bonecas foram criadas por Lena Martins, à época, integrante do Movimento de Mulheres Negras e coordenadora de animação cultural no Centro Integrado de Educação Pública (CIEP) Luís Carlos Prestes. Em 1987, desenvolveu a técnica da confecção de bonecas negras de pano, sem costura ou cola, utilizando retalhos, tidos como restos, descartes de fábricas e confecções. Consultar GOMES *et al.* A boneca ABAYOMI: entre retalhos, saberes e memórias. *Iluminuras*, Porto Alegre, v. 18, n. 44, p. 251-264, jan/jul, 2017. Para a biografia da artesã, consultar http://www.artedobrasil.com.br/valdilena_serra.html.

Rede de Ciberativistas Negras – Núcleo Pará

Flavia Ribeiro²²

Em formação desde a criação nacional da Rede Nacional de Ciberativistas Negras, o núcleo do Pará conta com sete integrantes. Escolhemos não ter perfil em redes sociais, mas ter um compromisso de “agir em rede”. Em geral, as integrantes já estão agindo coletivamente em outras organizações/coletivos.

Nossa ideia sempre foi de congregar pessoas com interesse e/ou experiência em estratégias de comunicação e que tivessem grande capilaridade, isto é, que juntas agregassem um grande público para divulgar os valores que a Rede defende.

As mulheres negras da Amazônia formam um movimento de vanguarda dentro do movimento feminista no Brasil. Estamos organizadas politicamente e conseguimos mobilizar um grande número de pessoas para os nossos eventos e levantar temas de nosso interesse em vários espaços.

Se as pautas das mulheres negras já são invisibilizadas no cenário nacional, sobre as mulheres negras fora do eixo Sudeste/Sul recai um peso ainda maior. Particularmente, às amazônicas, que em algumas vezes sequer são vistas como negras quando participam de eventos nacionais de mulheres negras. Os eventos são realizados em outras regiões e isso dificulta a nossa participação.

Por isso, além da articulação nacional, por meio da Rede de Ciberativistas Negras, também nos articulamos regionalmente no Estado do Pará e na região Metropolitana de Belém. Participamos de ações pela cidade e promovemos eventos de formação.

²² Flávia Ribeiro é mãe, feminista negra afroamazônica e jornalista. Militante de diversas redes e organizadora de Marchas das Mulheres Negras (em Brasília e Belém).

Conexões em rede...

A aproximação de histórias de vida, de experiências próximas, aliada ao desejo de romper com silêncios impostos tem possibilitado o fortalecimento de vínculos entre as participantes da Rede. É ferramenta que arregimenta argumentos, cria conexões em visibilidade e propõe noções práticas pelas Ciberativistas Negras em contato com o mundo político.

Compreendida como estratégia, experimentada no âmbito individual e coletivo, a ênfase nas dimensões do autocuidado e segurança, pode ser compreendida como uma franca declaração de que pela natureza das causas, pautas e escalas de ativismo, bem como pelo número de mulheres, ativistas ou não, mortas em casos de feminicídio, torna-se urgente investir em ações de suporte. É necessário também pensar em projetos que as instrumentalizem sobre os processos de autoconhecimento e na aquisição de ferramentas que viabilizem o cuidado para si e para as demais mulheres.

Como resultado, teremos novo fôlego para definições conceituais mais próximas destas dinâmicas organizativas, para o mapeamento e valorização de modos e práticas de incidência política e disseminação de conhecimentos. Tudo isso por meio da realização de estudos qualitativos, com maior duração, sobre as alterações nos modos de fazer política em Rede, para identificação de novos formatos, resultados, campos de luta, lideranças e desafios.



**DISTRITO
FEDERAL**



Fabio Gonçalves de Matos Souza

Hub das Pretas: insurgências malungas rumo a um novo marco civilizatório

Hub DF²³

O Hub DF é integrado por agentes fazedoras da História da diáspora negra no microcosmo cotidiano no qual estão inseridas. O projeto foi implementado pelo Instituto de Estudo Socioeconômicos – Inesc e contou com a parceria do Fórum de Juventude Negra²⁴ para a mobilização das participantes.

“Nossos passos vêm de longe” e o território que ocupa a Capital Federal possuem relação com a diáspora negra desde a época da formação de quilombos nesta região, a partir de insurgências escravistas, e ainda se debruça não apenas na cor negra da população, mas também na arquitetura faraônica de Brasília. Entre Candaces²⁵ e Guerreiras de Daomé²⁶, as mulheres negras que malungam²⁷ esse território representam 55,1% da população²⁸. Espalhadas na

23 Em nome de todas as integrantes do Hub-DF.

24 O Fórum de Juventude Negra DF consiste em um espaço de interação afrocentrada permanente envolvendo articulação, diálogos, aglutinação de coletivos, movimentos, organizações de juventude negra e demais jovens negros interessados em uma “Nova Perspectiva na Militância Étnico-Racial” no âmbito do Distrito Federal, em conjunto com o FONAJUNE - Fórum Nacional de Juventude Negra. Ver mais em: <http://forumdajuventudenegradf.blogspot.com/>

25 **Candace** era um título atribuído a um tipo de dinastia de rainhas guerreiras. Mulheres que detinham o poder do Reino de Meroé, no sul do Egito, pouco tempo antes da era cristã, formando uma sociedade matrilinear.

26 Guerreiras de Daomé - As **Ahosi** (“esposas do rei” em Fon) ou **Mino** (“nossas mães”), como eram chamadas as mulheres treinadas militarmente para serem guardiãs do rei de Daomé, região da atual República do Benin. Não só existiram como foram um dos exércitos mais prósperos do continente africano durante as incursões coloniais europeias. Também conhecidas como Amazonas de Daomé.

27 Malungagem - Vem da palavra ‘malungo’, que vem dos povos de matriz bantu da África Central e Oriental, particularmente entre os falantes das línguas kikongo, umbundu e kimbundu. Entre seus vários significados, que dependem do tempo e lugar, está “companheiro de viagem”, termo utilizado pelos negros escravizados para com os que estavam na mesma situação que eles no navio negreiro. Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/o-reflexo-da-malungagem-na-teoria-interseccional-dialogos-de-uma-mulher-negra-no-08-de-marco/>

28 Segundo pesquisa da Companhia de Planejamento do Distrito Federal, com base no Censo de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, mulheres negras compõem 55,1% da população do Distrito Federal (DF). Quanto à divisão por região do DF, a maior parte delas vive em cidades como Estrutural, Fercal, Varjão, São Sebastião e Itapoã. Ver mais em: <http://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/joomla/65ea4dd2316eaed61e67f4400840097c.pdf>

pangeia periférica que vem sendo revigorada pelas jovens negras que moram e atuam nesses espaços.

De longe, as jovens negras desses territórios carregam um legado político advindo do Movimento de Mulheres Negras do país, pois as intersecções socio-culturais que atravessam seus corpos se tornam combustível e alicerce de (re) existência, trans(forma)ação e inspiração na construção de estratégias e ações que se sintonizam com o instinto de sobrevivência e luta contra o genocídio da população negra em todos os seus âmbitos.

Em 2015, a Marcha Nacional de Mulheres Negras²⁹ foi organizada nas ruas de Brasília e exigiu o fim do Racismo, da Violência e o Bem Viver. A marcha mobilizou cerca de 50 mil pessoas, que mesmo em seu direito de se manifestar, foram alvo de ataques violentos que tentaram silenciar mais uma vez as vozes dessas sujeitas, já demonstrando o que estava por vir no ano seguinte, no que se tratou de uma resposta fascista aos avanços de direitos. O país amargou um Golpe na Democracia em 2016, através do Impeachment de um governo de esquerda, que pela primeira vez havia dado abertura para as demandas do Movimento Negro. No entanto, as realizações ficaram muito aquém do esperado e necessário para uma mudança efetiva e significativa das questões e problemáticas étnico-raciais referentes à situação do negro em nosso país.

O governo golpista dá início a uma política capitalista agressiva e neoliberal, que busca, em nome da elite brasileira (a Casa Grande) e de seus interesses pessoais, atropelar os Direitos Humanos, criminalizar os movimentos sociais, incentivar um discurso de ódio e violência ainda maior à população negra e seus correligionários. Foi nesse momento, cheio de tensionamentos, embates iminentes e combates travados em todas as esferas sociais, que o Hub das Pretas/DF inicia seus diálogos no final de 2016. Entre oficinas, formações e incidências, que reverberam em temas como: Solidão da Mulher Negra no campo afetivo e nas políticas públicas, o Banzo Contemporâneo que se anunciou na saúde mental e o Mulherismo Africana com uma abordagem epistemológica que reafirma nosso lugar na luta. Foram muitas questões que nesse processo permitiram compreender a importância e necessidade da existência de espaços onde mulheres negras possam se olhar, se reconhecer e falar.

29 Ver mais em: <https://www.geledes.org.br/tag/marcha-das-mulheres-negras/>

*“E assim começa o dia ...
Oficina de Comunicação Afrohub
Senhor do Orum,
Olorum
Que o dia seja de paz
Exu
De quem és o fruto alado da COMUNICAÇÃO
e da MENSAGEM
Deixe que a energia instaurada flua, e que mãe
África nos ouça
Através do patrono da tecnologia, Ogum”*

(Citação feita na oficina de comunicação)

Layla Maryzandra

As atividades realizadas tiveram como base o retorno à nossa ancestralidade. Segundo Erica Malunguinho, “não somos recorte, somos fundamento”. O cultivo de um ambiente afrocentrado se fez pelas presenças e trocas afetivas entre mulheres negras e também pelas ideias e pelos conceitos trabalhados ao longo dessa jornada. Sendo importante ressaltar que no primeiro ciclo do projeto a malungagem foi um conceito e, também, uma estratégia pedagógica para o grupo se perceber como espaço de acolhimento. Foi o útero africano buscando sua morada entre as irmãs.

Na segunda fase do projeto, Ogum nos convida a ir à Guerra com as ferramentas da tecnologia, e fomos. Saindo do ninho candango e caminhando para diálogos nacionais, participamos da construção da primeira Rede Nacional de Ciberativistas Negras no país, o que nos fez perceber o tamanho de nossa força também no campo tecnológico. Os bytes nos levaram a um pouso amortecido e nutrido de reconexão, reconhecimento e valorização dos corpos femininos negros, isso pelo encontro entre os Hubs no maior festival de mulheres negras da América Latina-Latinidades. O Hub DF atuou como mobilizador do lançamento da 10ª edição do Festival Latinidades, articulando para que a abertura do evento ocorresse em solo periférico, na cidade Estrutural, a mais negra e feminina do DF, onde funcionava também o maior lixão da América Latina.

Nossos voos permearam terras paulistas, tanto no intercâmbio, como no segundo Encontro de Jovens Feministas Negras, onde foi possível refletir sobre antigas e novas demandas a partir de um diálogo intergeracional. Além de encontrarmos com outras irmãs, que mesmo de territórios diferentes comunhavam das mesmas perspectivas e anseios. Tínhamos também como espelho um diálogo bem próximo com as primeiras de nós, que enegreceram as nossas narrativas nos campos da estética, da intelectualidade, da afetividade, da espiritualidade e no existir. Foram nossas Matrigestoras³⁰, nossas Nanãs, lansãs, lemanjás, Oxums, Obás, Ewás. Em consonância a essa energia matriarcal que trançou nosso caminhar, teceu também nosso intercâmbio, nos fazendo redescobrir e ressignificar a nossa regionalidade.

Dando continuidade à nossa articulação política, o Fórum Permanente de Mulheres Negras, que teve como lema “Resistir é Criar. Resistir é Transformar”, ecoou em nossas agendas de luta. O Hub DF se organizou para estar presente. Foi fortalecedor perceber o enegrecimento da pauta, sendo simbólico para o chão que acolheu o evento. Compareceram cerca de 60 mil pessoas, em brados e discussões em enfrentamento ao neoliberalismo, golpes antidemocráticos e genocidas que não habitam apenas nosso país, mas que reverberam em uma onda crescente do fascismo no mundo.

Fez-se necessária a reflexão sobre nossas capacidades de resistência, sobretudo enquanto mulheres negras, pois na mesma data uma de nós, com a nossa bandeira, cor, vivências, foi abatida: Marielle Franco. Ela reforçava a necessidade de construir caminhos e espaços seguros para mais mulheres negras³¹. Em terras de Marielles, seguimos. No luto seguimos, na luta seguimos, compreendendo organicamente que se nossos passos vêm de longe, os mesmos não podem parar ou ser parados. Mulheres pretas estão na base da pirâmide social. Aqui há ensejos de ensaios para um movimento sincronizado de nossos ombros. “Inspiradas em nossa ancestralidade somos portadoras de um legado que afirma um novo pacto civilizatório”. Enquanto nós, jovens mulheres negras, continuamos em marcha.

30 Matrigestora - mulher negra, que mesmo estando em um não lugar consegue ser potência, gerando potências, rompendo com uma ciência rígida, desligada do místico, e principalmente rompendo com uma ciência criada por homens, predominantemente brancos. Na filosofia africana a mulher é matrigestora, a filosofia parte da mulher.

31 Ver mais em: <https://medium.com/@olabimakerspace/%C3%A9-necess%C3%A1rio-estarmos-juntas-para-seguir-dd2d3a41c61d>





Fabio Gonçalves de Matos Souza

O Inesc na luta antirracista: alianças necessárias no campo democrático popular

Carmela Zigoni³²

*“Rejeito a armadilha da mente paranoica
e deixo a algazarra alegre penetrar em mim,
e ela também me anuncia: “Viveremos!”*

Sueli Carneiro, 2006.

O Instituto de Estudos Socioeconômicos – Inesc é uma ONG fundada em 1979 no Brasil, pela feminista Maria José Jaime, a Bizeh. O instituto é criado ainda no período da ditadura militar, participando ativamente do processo de re-democratização do país e na elaboração da Constituição Federal de 1988. Em 2019, o Inesc está completando 40 anos de atuação e buscaremos, neste artigo, recuperar uma parte importante da sua história: a saber, a luta antirracista.

Reconhecer-se como uma instituição antirracista e buscar contribuir com os movimentos negros — e com a sociedade de modo geral para a superação do racismo e promoção da igualdade racial — é uma construção que passou e passa por aprendizagens constantes. A parceria com organizações negras tem sido fundamental para aperfeiçoarmos nossa prática, compreender os espaços de protagonismo político e repercutir a ideia de que o racismo é um problema social gravíssimo e, portanto, combatê-lo deve ser parte de um esforço coletivo, ainda que os *lugares de fala*³³ sejam diferentes.

32 Carmela Zigoni é assessora política no Inesc.

33 O lugar de fala, para além do senso comum, é objeto de reflexões acadêmicas por parte de intelectuais não brancas, como a indiana Gayatri Spivak, em *Pode o subalterno falar?* (2010). A brasileira Djamila Ribeiro retoma essa e outras autoras negras em sua obra *O que é lugar de fala?* (Letramento, 2017).

“Quando falamos de direito à existência digna, à voz, estamos falando de locus social, de como esse lugar imposto dificulta a possibilidade de transcendência. Absolutamente não tem a ver com uma visão essencialista de que somente o negro pode falar de racismo, por exemplo.” (Ribeiro, 2017, p. 64).

“Numa sociedade como a brasileira, de herança escravocrata, pessoas negras vão experimentar o racismo do lugar de quem é objeto desta opressão, do lugar que restringe oportunidades por conta desse sistema de opressão. Pessoas brancas vão experimentar o lugar de quem se beneficia dessa opressão. Logo, ambos os grupos podem e devem discutir essas questões, mas falarão de lugares distintos.” (Ribeiro, 2017, p. 86).

Neste sentido, tornou-se parte deste processo de transformação da sociedade civil organizada na atualidade — muito pautado pelos movimentos negros, de mulheres negras e feministas — reconhecer privilégios e dívidas históricas, mesmo entre nós, que nos reconhecemos na mesma luta, buscando a construção de caminhos mais justos e mais potentes no combate às desigualdades. Nestes 40 anos de atuação, a missão do Inesc tem sido a defesa dos direitos humanos, principalmente aqueles conquistados na Constituição Cidadã, o combate às desigualdades e a radicalização da democracia. Esse objetivo se concretiza por meio da produção e difusão de estudos e da realização de atividades educativas e de campanhas. Além disso, o Inesc é parte do campo de organizações não governamentais que se identifica com as lutas populares, e busca atuar para fortalecer articulações e redes de defesa de direitos. Como estratégia, constituiu uma agenda multitemática que na atualidade engloba a análise do orçamento público e campanhas por justiça fiscal, a agenda socioambiental, os direitos dos indígenas, quilombolas e afetados por grandes empreendimentos, a promoção dos direitos dos catadores de materiais recicláveis, a superação da pobreza e a segurança alimentar e nutricional, a formação de adolescentes e jovens para a cidadania, o direito à cidade e a reforma do sistema político.

Essa abordagem multitemática implica em reconhecer que as desigualdades sociais no Brasil se estruturam, para além das classes sociais, a partir das questões raciais e de gênero. Não é possível pensar em mudança social neste país de origem colonial sem admitir que o racismo e o sexismo, ao lado da gritante concentração de renda e riqueza, são fatores estruturantes da reprodução de poder e perpetuação da opressão contra indígenas, negros, mulheres e população LGBTQ+. Neste sentido, as questões raciais e de gênero deixaram de ser pensadas como transversais, e passaram a ser tomadas como centrais nas

agendas e pautas de atuação do Inesc. Essa visão reflete a transição da abordagem acadêmica — e na organização das coletividades políticas — entre a análise dos “movimentos identitários” para a análise de “categorias estruturantes”. Ou seja, as questões raciais e de gênero não seriam somente parte de lutas pelo reconhecimento das diferenças (ou afirmação de identidades), mas categorias utilizadas para organizar socialmente as desigualdades, primeiro, pela colonização e, posteriormente, pelo sistema capitalista moderno, estratificando e hierarquizando grupos sociais. Davis (2014) chama a atenção para a formação perene e agora intensificada pela tecnologia de “populações a serem controladas ou encarceradas”³⁴, o que Butler (2016) irá chamar de “populações precarizadas”³⁵.

“A vigilância e militarização, incluindo escolas que se parecem prisões nas comunidades negras periféricas dos Estados Unidos, definem cada vez mais nossas sociedades, “onde o que é chamado de ‘segurança’, sob a égide do Estado neoliberal, reforça não somente a privatização da segurança, mas a privatização do aprisionamento, do bem-estar social, assim como a privatização da saúde e da educação” (Davis, 2014, tradução livre). “

“A precariedade designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. (...) A precariedade é, portanto, a distribuição diferencial da condição precária” (Butler, 2016, 41).

Enegrecer pautas por um futuro sem racismo

Em 2009, a convite do IBASE, o Inesc integrou o grupo de organizações que participou da campanha **Diálogos sobre o Racismo**, que eternizou o mote “*Onde você guarda o seu racismo?*”, levando o Instituto a incorporar o tema de forma mais contundente em sua atuação. Em 2012, o Inesc publicou o estudo sobre o Programa Nacional de Segurança Pública (PRONASCI), denunciando o aumento da violência contra as mulheres e a população negra e sugerindo aperfeiçoamentos na política pública.

34 DAVIS, Angela *Freedom is a Constant Struggle: Ferguson, Palestine and The Foundations of a Movement*. Haymarket Books, 2016.

35 BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: notas para uma teoria performativa da assembleia*. Civilização Brasileira, 2018.

No mesmo ano, inicia análises específicas sobre o orçamento público, entre elas, o *Orçamento Temático da Igualdade Racial*. Realizado até 2016, esse estudo demonstrava o flagrante racismo institucional do Governo Federal na distribuição de recursos — as verbas destinadas à promoção da igualdade racial representavam somente 0,08% do orçamento federal, considerando ações de saúde, educação, regularização fundiária de territórios quilombolas e as da Secretaria de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Se por um lado a SEPPIR e outras áreas do governo responsáveis pela atenção à população negra foram conquistas dos movimentos negros, por outro, o baixo orçamento impediu a realização das políticas desenhadas com participação social em conferências. O impacto positivo foi baixíssimo e se materializou na ineficiência das políticas de igualdade racial; assim, por exemplo, entre 2005 e 2015 intensificou-se o genocídio da juventude negra e aumentou a violência contra as mulheres negras.

Destaca-se que o Orçamento Temático da Igualdade Racial foi apresentado pelo Inesc ao Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial em 2015, presidido na época pela Ministra Luiza Bairros. Na ocasião foi demonstrado que, embora as mulheres negras fossem o público prioritário do II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), elas eram invisíveis no orçamento, impedindo o controle social sobre os recursos destinados a esta população.

Nos artigos “Quanto vale a igualdade racial?” (2015) e “PPA da crise: bonito no papel, inviável na prática” (2016) avaliamos os cortes orçamentários e anunciamos o desmonte das políticas públicas para a população negra. Posteriormente, ao lado do Orçamento Temático Socioambiental, estas análises orçamentárias constituíram-se em base para a realização de *Oficinas de Formação em Orçamento e Direitos Quilombolas* (2015, 2018), promovidas em parceria com a Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Na atualidade, o Inesc está internacionalizando o debate com o projeto *Orçamento e Discriminação*, que recebe apoio do International Budget Partnership (IBP). Essa reflexão vem sendo realizada com parceiros da Índia, África do Sul, Quênia, Guatemala e Estados Unidos, entre outros, evidenciando que o racismo institucional é um fenômeno global. Em comum, todos estes países se forjaram na experiência colonial e estão longe de superar a discriminação étnico-racial.

Em 2014, o Inesc publica o estudo *Perfil da Desigualdade e Injustiça Tributária*, onde demonstra que as mulheres negras pagam proporcionalmente mais

impostos que os demais grupos populacionais, neste caso homens e mulheres brancas e homens negros: os 10% mais pobres da população, compostos majoritariamente por negros e mulheres (68,06% e 54,34%, respectivamente), comprometem 32% da renda com impostos, enquanto os 10% mais ricos, em sua maioria brancos e homens (83,72% e 62,05%, respectivamente), despendem 21% da renda com tributos. O estudo baseou-se na Pesquisa de Orçamento Familiar (POF/IBGE), que fornece dados sobre a renda das famílias, e na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE), que capta informações demográficas como raça e gênero e concluiu que: “Não há dúvida de que a mulher negra é a mais punida pelo sistema tributário brasileiro, enquanto o homem branco é o mais favorecido”, diz o autor do estudo, Evilásio Salvador.

Em 2013, em parceria com a Rede Andi, o Inesc lançou a pesquisa Parlamento e racismo na mídia, onde analisou a disputa de narrativas nos meios de comunicação, que em sua maioria buscavam invisibilizar o racismo e promover a teoria da democracia racial, no que concerne à análise da tramitação de projetos de combate ao racismo no Congresso Nacional. Em 2014, o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) passou a obrigar os candidatos a declararem sua raça/cor de acordo com as categorias do IBGE, e o Inesc dá início a sua série de pesquisas sobre sub-representação de mulheres, negros, indígenas e jovens nas eleições.

Descortinou-se toda uma problemática que até então era conhecida dos movimentos negros, mas que agora se apoiava em dados estatísticos para demonstrar que em todos os níveis institucionais eletivos, as pessoas negras representavam as candidaturas minoritárias, com menos recursos para campanhas. E mais: o resultado eleitoral revelava as consequências do racismo institucional nos pleitos uma vez que os congressistas negros eleitos representavam menos de 4% das casas legislativas. Os artigos “Democracia em Disputa: como a Casa Grande se renovou nas Eleições 2014”; “No Brasil, mulheres negras não têm vez na política” (2016) e “Perfil das Eleições 2018: importantes conquistas, velhos desafios”, trouxeram análises acerca da representatividade das mulheres negras na disputa por espaços de poder, e como tais espaços continuam brancos, masculinos e pouco representativos da diversidade brasileira. Em 2018, ainda em uma eleição permeada de discursos contrários aos direitos humanos, publicamos análises sobre os planos de governo, entre elas o artigo: “Genocídio da juventude negra: como pensam os candidatos e candidatas à presidência”.

Os estudos sobre sub-representação de negros e negras na política desencadearam um debate interno no Inesc sobre a necessidade de aprofundar as reflexões sobre o poder e nas instituições que o cristalizam, para compreender as profundas desigualdades raciais do Brasil. Assim, em 2017, no âmbito da Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político, foi realizado o seminário “*A democracia que queremos*”, onde expoentes do movimento de mulheres negras como Lúcia Xavier e Vilma Reis, além de Sonia Guajajara, representando as mulheres indígenas, trouxeram narrativas sobre como pensar um sistema político de fato democrático para populações historicamente aliadas da política institucional, incluindo o sistema judiciário.

Além disso, o Inesc integra, desde 2015, o Fórum Permanente de Igualdade Racial (FOPIR), uma articulação de organizações negras (AMNB, Geledés, CEERT, Odara, IPEAFRO, ABPN, Cojira e Fundo Baobá) e organizações antirracistas (GEMAA/Uerj, Observatório de Favelas e Redes da Maré) para realizar uma incidência na agenda de enfrentamento ao racismo. Nesse espaço, diversas organizações apoiadas pela Fundação Ford puderam realizar trocas de conhecimentos e pensar estratégias conjuntas para potencializar a luta antirracista. Por meio do FOPIR, o Inesc contribuiu na construção da Marcha de Mulheres Negras que levou cerca de 30 mil ativistas a Brasília com a pauta “Contra a violência, o racismo e pelo bem viver”.

Do ponto de vista conceitual, na atualização da *Metodologia Orçamento e Direitos* (2018), publicada pela primeira vez em 1991, o Inesc inseriu, ao lado da reflexão sobre racismo e sexismo, o conceito de *interseccionalidade* como potencial de abordagem das políticas públicas e do orçamento. Esse material é utilizado atualmente na formação de ativistas pela mobilidade urbana, indígenas, quilombolas, trabalhadores rurais, juventude periférica e LGBTQ+. O conceito apoiou a reflexão sobre o Dia Internacional da Mulher, na perspectiva das mulheres negras trans, no artigo “8 de Março para Luana e Verônica”, publicado pelo site *Outras Palavras* (2017).

Considerando as estatísticas alarmantes divulgadas anualmente, e a partir das questões concretas que emergiam do trabalho junto a jovens e adolescentes nos territórios do Distrito Federal, ficou nítida a necessidade de pensar a atuação com a juventude periférica tendo o racismo como foco. Assim, em 2016, o Inesc integrou o grupo de organizações parceiras que desenvolveram o projeto *Mulheres Jovens Negras na Luta contra o Racismo e o Sexismo*, mais conhecido

como Hub das Pretas. Ao lado da Oxfam Brasil, Criola, Instituto Polis, IBASE, FASE Recife, FASE Rio e Ação Educativa, o projeto realizou formação política e apoiou o ativismo de 20 coletivos de jovens negras do Distrito Federal. Essa iniciativa impactou a organização em vários sentidos, como o acolhimento de metodologias de educação popular afrocentrada propostas pelas educadoras negras do projeto; e do ponto de vista institucional, um olhar atento à contratação de pessoas negras e a formação continuada nos temas de gênero e raça para todos os membros da equipe. Em 2018, por exemplo, o projeto Juventudes nas Cidades, que conta com as mesmas parceiras indicadas acima e é apelidado no DF como “Fortalecendo o Corre”, ofereceu 10 oficinas de formação e contou com 10 educadoras, dentre elas, cinco negras.

Uma semana antes do Fórum Social Mundial e do assassinato brutal da vereadora e ativista de direitos humanos Marielle Franco, denunciemos a violência do Estado no *artigo* “8 de Março e a Intervenção Militar no Rio de Janeiro”, publicado pelo Le Monde Diplomatique Brasil (2018). “Escutar Marielle, aprender com Marielle”, foi o registro da perplexidade sentida por nossa equipe em relação a esse crime hediondo, ainda impune³⁶, que anunciava a tragédia que se seguiria, a saber, a eleição de um projeto de poder machista, racista e violento, que poderá aprofundar desigualdades ao invés de superá-las.

Estamos em 2019 com a campanha antirracista Por que não amar? concebida por adolescentes do projeto Onda, composto por alunos de escolas públicas e do sistema socioeducativo no Distrito Federal. A partir de pesquisas feitas em sua escola e comunidades, os adolescentes criaram e produziram a campanha referenciada em uma personagem fictícia chamada Luzia, com o objetivo de se reconhecer e de se auto-afirmar, celebrar a negritude, enfrentar o racismo e sensibilizar as pessoas para gerar a vontade de mudar.

O Inesc, em seus 40 anos, vem reafirmar o compromisso de seguir na luta antirracista, ao lado daqueles e daquelas que sempre resistiram para existir neste Brasil, ainda tão colonial.

**Todos os estudos citados podem ser encontrados em inesc.org.br.*

36 As investigações deste crime apontaram em 12/03/2019, dois dias antes do aniversário de um ano do assassinato de Marielle Franco e seu motorista Anderson Gomes, os seus dois primeiros suspeitos (os policiais militares Ronnie Lessa e Elcio Vieira de Queiroz). Os mandantes do crime, entretanto, ainda não foram indicados.



RECIFE



Fabio Gonçalves de Matos Souza

Incidência política e transformação: a luta de jovens mulheres negras de Recife e região metropolitana por equidade

Biatriz Santos, Leticia Carvalho, Marília Gabriela e Taísa Silveira³⁷

Neste breve relato, intentamos expor as mais variadas formas de contribuição que o projeto **Jovens Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo**, com realização da FASE - Recife em parceria com Oxfam, proporcionou para a atuação e transformação das jovens participantes.

Em Recife, o grupo de jovens negras demandou, ao longo de dois anos, atividades de caráter formativo em incidência política, o que foi sem dúvida uma das características mais marcantes desta experiência.

Pensando em como o projeto da Oxfam pôde criar pontes de diálogo com as ações já desenvolvidas pelas jovens, decidiu-se neste artigo narrar a relação entre o projeto **Jovens Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo** e a atuação de incidência política de três coletivos (Coletivo de Juventude Negra Cara Preta, Coletivo Faça Amor Não faça Chapinha e Coletivo Quebra Kabeça) que algumas das jovens do projeto compõem.

Multiplicando sementes: o fortalecimento político por meio do Hub das Pretas – Recife

Coletivo de Juventude Negra Cara Preta

É uma organização sem fins lucrativos composta majoritariamente por mulheres. Desde o seu surgimento, vem mantendo uma atuação ativa na cidade do Recife e na Região Metropolitana ministrando oficinas, palestras, participando

³⁷ Biatriz Santos, Leticia Carvalho, Marília Gabriela e Taísa Silveira são integrantes do Hub das Pretas de Recife.

de mesas de debates, construindo ações de incidência política, representando os interesses da juventude negra em redes e fóruns, além de atuar nas periferias e escolas em parceria com ONGs, coletivos e organizações.

Por meio da participação do projeto de mulheres negras **Hub das Pretas**, realizado por um conjunto de organizações parceiras (FASE PE, FASE Rio, Oxfam Brasil, Ação Educativa, Instituto Pólis, INESC, Criola e IBASE), conquistamos um amadurecimento sobre algumas questões como: ciberativismo, elaboração de projetos, racismo institucional e escolar. Esses temas foram gatilhos para o desenvolvimento do projeto *“Escurecendo as Ideias”* (primeiro projeto aprovado em edital pelo coletivo).

Coletivo Faça Amor, Não Faça Chapinha (FANFC)

Fundado em 2013 a partir de uma página na internet que buscava de forma despreziosa valorizar a estética negra a partir do cabelo crespo. Após percebermos as nuances que envolviam esse debate, passamos a nos organizar enquanto coletivo e participar de forma colaborativa de ações que buscassem a representatividade e o empoderamento negro.

O projeto **Jovens Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e o Sexismo** foi essencial na construção do nosso coletivo. A partir dos conhecimentos oriundos das atividades do projeto da Oxfam, descobrimos novas formas de organização e de atuação.

A conexão com outros estados do Brasil e outras formas de luta a partir da participação no Festival Latinidades (2017- Brasília) ampliou nossa visão de mundo e nossas possibilidades, pois encontramos maneiras de nos preservar e de nos proteger dentro de nossos processos pessoais e políticos.

Coletivo Quebra Cabeça

“Aprender com as lideranças comunitárias é uma forma de conhecer e preservar a memória do lugar em que se vive”. É a partir dessa premissa que o Coletivo Quebra Cabeça tem buscado fortalecer e articular ações no Morro da Conceição, por meio de oficinas formativas nas escolas públicas, promoção do turismo e participação em espaços de incidência política.

O Hub das Pretas possibilitou a ida de uma de nossas integrantes a São Paulo para que lá, a partir de vivências com outras mulheres negras do projeto, houvesse um fortalecimento das ações de combate ao racismo, machismo e outras formas de opressão.

Novos projetos, novas perspectivas de atuação

Por meio das formações e oficinas ministradas na FASE, profissionais e personalidades de atuação política que foram convidadas dialogaram com as jovens sobre os mais diversos temas, tais como: saúde da mulher negra, ancestralidade das religiões de matriz africana, consequências da política de drogas no Brasil, entre outros. Isso impulsionou projetos capitaneados por elas em seus próprios coletivos, a exemplo do “*Escurecendo as Ideias*”, do **Coletivo de Juventude Negra Cara Preta**.

Esse projeto tinha como objetivo central fortalecer a lei 10.639/03 (lei do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana) nas escolas públicas da região metropolitana de Recife.

A partir das vivências no projeto **Jovens Mulheres Negras Fortalecidas na Luta Contra o Racismo e Sexismo**, o FANFC aprimorou suas aptidões de escrita de projetos e conseguiu aprovação no primeiro edital em que concorreu. O Coletivo está rodando um documentário sobre negritude e identidade na cidade do Recife e RMR com previsão de finalização para 2019.

O **Hub das Pretas** foi uma experiência em que ainda colhem-se frutos e multiplicam-se as sementes. Este projeto despertou nas jovens o desejo de ampliar espaços que debatem pautas relacionadas às mulheres negras e o fortalecimento de espaços relacionados ao protagonismo juvenil, do bem viver, do empoderamento e do combate ao racismo.

Esse projeto mostrou às jovens que há diversas possibilidades de caminhos para o combate às desigualdades. Conectadas com uma ancestralidade negra em comum, fortalecidas coletivamente na luta incessante contra o racismo e sexismo cotidianos, é possível mudar as estruturas da sociedade.

Fabio Gonçalves de Matos Souza



Jovens negras na luta pelo direito à cidade

Monica Oliveira³⁸

Considerando que Raça, Gênero e Classe estruturam as desigualdades no Brasil, não é surpresa constatar que a segregação nas cidades também se baseia nesses fatores e se explicita em situações de dominação branca e masculina nos espaços públicos. As necessidades e demandas das mulheres são muitas vezes desprezadas, a circulação acontece de maneira restrita e assim, a apropriação da cidade e a vivência do espaço público pelas mulheres são fortemente limitadas. Os problemas de infraestrutura, pobreza e violência que tanto afetam a qualidade de vida das pessoas de maneira geral atingem de forma mais aguda as mulheres, especialmente as mulheres negras.

O caráter excludente e segregado de nossas cidades já é amplamente conhecido e questionado tanto nos meios acadêmicos, quanto pelos movimentos sociais e demais sujeitos políticos que atuam no campo da “questão urbana” ou do direito à cidade.

A marginalização e estigmatização dos territórios negros marcam a “evolução” da esmagadora maioria das cidades brasileiras. Historicamente, a população negra durante longo tempo ocupou as áreas centrais das cidades, pois os grandes sobrados eram contíguos às zonas centrais. Isso contribuía para que fosse intensa a circulação de escravos domésticos, que buscavam água nos chafarizes, transportavam roupas para lavar, levavam dejetos para despejar nos rios, levavam e traziam cestas para os mercados. Estavam sempre transportando objetos de um lado para o outro da cidade. Nas ruas centrais, esses escravos domésticos se misturavam aos escravos de ganho, que eram alugados pelos seus senhores por hora ou por dia. Ser escravo de ganho era um dos caminhos mais efetivos para a conquista da liberdade, pois esses tinham uma chance de juntar algum dinheiro para compra de suas alforrias.

38 Monica Oliveira é assessora parlamentar da Mandata Coletiva das Juntas do PSOL em Pernambuco e ex-educadora na FASE Pernambuco.

Essa população foi sendo gradativamente expulsa do centro, especialmente após a Abolição e com as ações de “melhoramento” das cidades, que incluíam desde o alargamento de ruas, até a transferência e demolição de mercados, construção de praças e avenidas. As oportunidades de trabalho para a mão de obra negra também foram reduzidas drasticamente no pós-Abolição e com a imigração. O centro era fonte de sobrevivência para diversos/as trabalhadores/as: ambulantes, quituteiras, pedintes, prostitutas, vendedores das mais diversas mercadorias etc. A grande expulsão dos centros teve como resultado a ocupação pela população negra nos morros e áreas mais afastadas, se formando assim as favelas.

A agenda do direito à cidade tradicionalmente prioriza quatro grandes eixos de atuação: Habitação, Saneamento, Regularização Fundiária e Mobilidade Urbana. Entretanto, no diálogo com os coletivos e organizações dos jovens e das jovens negras participantes dos projetos da Fase, pudemos visualizar que para eles/as, a compreensão sobre o que é direito à cidade e quais as demandas que esses segmentos colocam para essa agenda são muito mais amplas. Na percepção que têm identificam que o racismo se expressa na estruturação e na dinâmica das cidades resultando no não acesso, na prática, ao Direito à Cidade.

Discutir as dimensões de Gênero e de Raça no âmbito da produção da cidade ainda é um grande desafio. É preciso ir para além da constatação de que os investimentos públicos não são distribuídos de maneira equitativa nas diversas áreas das cidades, o que faz com que algumas delas sejam mais bem servidas de infraestrutura, mobilidade urbana e serviços diversos, enquanto em outras áreas, coisas elementares como água potável e saneamento estão longe de serem acessados. Como está sendo considerado o fato inegável de que essas áreas desprovidas de serviços são majoritariamente negras? E como vem sendo tratado o fato de que o peso dessa precariedade recai sobre os ombros das mulheres, que são aquelas que ficam sem dormir esperando a água chegar para abastecer suas casas (às vezes caminhando longas distâncias repetidas vezes para buscar essa água)? São também as mulheres as pessoas mais ameaçadas pela falta de iluminação pública.

Questões como segurança pública, o acesso à cultura e ao lazer, circulação em determinados territórios, geração de renda, entre outras, são trazidas de forma bastante contundente por esses que são considerados “novos sujeitos políticos” no campo de luta das questões urbanas.

A maioria das jovens participantes das ações da Fase mora em bairros de periferia, e é atingida cotidianamente pelos impactos do desigual acesso ao direito à cidade. O fato de serem negras, mulheres, sendo algumas também lésbicas, desnuda uma realidade de opressões e discriminações cotidianas. Moram em territórios onde os serviços e equipamentos urbanos são inexistentes ou precários e sucateados: faltam escolas, postos de saúde, espaços de lazer e convivência comunitária, entre outros serviços.

Enfrentam dificuldades de mobilidade, especialmente devido ao custo do transporte. Várias delas não têm emprego fixo, atuam como vendedoras ambulantes ou em outros trabalhos precários. Isso significa que muitas vezes não podem participar de determinadas atividades simplesmente por não terem o dinheiro para o transporte. Em determinados horários e nos finais de semana, enfrentam a escassez de transporte nos territórios de periferia, pois o número de ônibus fica reduzido nesses períodos. Isso dificulta, por exemplo, que elas acessem locais de lazer. O modelo de sistema de transporte urbano atualmente em uso no Recife e Região Metropolitana já foi duramente criticado pelo movimento de mulheres, porque trouxe várias dificuldades a estas para o cumprimento de suas tarefas cotidianas: o tempo gasto nas viagens mais que duplicou, a superlotação dos Terminais Integrados obriga as mulheres a passarem mais tempo esperando para entrar nos ônibus, aumentaram os casos de assédio às mulheres, tanto nos terminais quanto dentro de ônibus e metrô, entre outros problemas.

A violência policial é também uma questão permanente para as jovens, que são vítimas constantes de abordagens violentas. A clivagem racial da Polícia Militar de Pernambuco (assim como todas as outras polícias) é amplamente conhecida e denunciada. Repetidamente as jovens trazem para os encontros de formação narrativas de situações de violência física e psicológica (ameaças, insultos e xingamentos, agressões físicas, entre outras). O tema do Extermínio da Juventude Negra é uma bandeira de luta dos coletivos e organizações e vem ocupando cada vez mais espaço nos debates, passando a ser uma agenda de outros movimentos, para além do movimento negro. A juventude demanda que a agenda do direito à cidade incorpore o debate sobre as políticas de segurança pública, que nitidamente funcionam para proteger a população branca e rica e reprimir a população negra e pobre. O exercício do direito à cidade para os jovens negros é uma utopia, tendo em vista que sequer têm garantido seu direito de ir e vir livremente e com segurança nas cidades onde vivem.

Tendo em vista essa realidade, a estratégia estabelecida pela Fase trabalha de forma interseccional com Classe, Gênero, Raça, Juventude e Direito à Cidade. Constatando que as pessoas que compõem o grupo de jovens negras estão na intersecção de diferentes sistemas de opressão (gênero, raça, geração, entre outros), a Fase tem buscado colaborar com o debate sobre como é exercer esse direito à cidade na vida de mulheres jovens negras de periferia.

A vida no urbano está eivada de situações de desigualdades, que não se restringem à dimensão de classe. O debate do direito à cidade vem incorporando cada vez mais as dimensões das opressões de gênero, raça, geração e sexualidade, porque, concretamente, a cidade é um espaço propício para a reprodução dessas opressões, porque elas não acontecem apenas nos espaços privados, mas ocorrem diariamente nos espaços públicos também. As mulheres, os/as jovens, a população negra, a população LGBTQ+, entre outros segmentos, experimentam em seu cotidiano um acesso à cidade bastante desigual.

Nesse sentido, buscamos estimular a construção de compreensões mais amplas sobre o direito à cidade e também a construção de convergências de diferentes agendas de luta assumidas pelos coletivos e organizações das jovens negras com essa agenda do direito à cidade, com a perspectiva de fortalecer a atuação dos/as jovens e seus Coletivos.

Referências Bibliográficas:

AVILA, Bruno. MORAIS, Mariana. **Mulheres no espaço urbano: como fazer cidades melhores para elas?** Disponível em: www.courb.org/pt/mulheres-no-espaco-urbano-como-fazer-cidades-melhores-para-elas/, junho de 2016. Acessado em 22 de janeiro de 2019.

PENA, João Soares. BOUÇAS, Rose Laila de Jesus. **Racismo, luta e resistência da população negra na cidade segregada.** SBU – Sociedade Brasileira de Urbanismo. Salvador, 28 de junho de 2015.

ROLNIK, Raquel. **Territórios Negros nas Cidades Brasileiras (etnicidade e cidade em São Paulo e Rio de Janeiro).** Revista de Estudos Afro-Asiáticos n. 17 – CEAA, Universidade Cândido Mendes, setembro de 1989.



RIO DE JANEIRO



Fabio Gonçalves de Matos Souza

Hub das Pretas: conexões e possibilidades na cidade do Rio de Janeiro

Nathali de Deus, Maria Luiza Silva, Monique Paixão e Jhenifer Raul³⁹

“Para muitas de nós que começamos a militância em partidos/movimentos políticos de esquerda brancos, era comum sentir que nosso cotidiano não era a realidade daquelas pessoas. No meu caso, minha vida tinha que ficar de fora porque, afinal, “uma revolução não se faz sozinha”. Chegar no Hub, encontrar abrigo e entender que tudo aquilo que vivi até ali não era “normal” foi essencial pra mim. (Jhenifer Raul)

O texto visa apresentar as experiências das mulheres negras no Hub RJ e como o trabalho afetou a vida dessas participantes. A ideia é ter como ponto de partida um Rio de Janeiro distante da cidade que compõe os cenários das telenovelas, mas também diferente do olhar colonizador, vindo da esquerda branca e elitizada, que aloca os moradores do subúrbio e dos bairros historicamente negros dentro de uma perspectiva estereotipada. Com o artigo, pretendemos apresentar em primeira pessoa as mulheres negras e suas histórias partindo das experiências construídas com o Hub RJ.

O Racismo é Sobrecarga: pensamento crítico

O racismo é uma prática que gera uma espécie de sobrecarga emocional na vida da jovem mulher negra. No Hub, houve a possibilidade de partilhar as experiências sobre como é sentir-se dessa maneira, tanto pela perspectiva individual quanto coletiva. O racismo faz com que seja difícil estar nos espaços elitizados, com pessoas de classes sociais diferentes e lidar bem com o seu lugar de mulher negra e pobre.

39 Nathali de Deus, Maria Luiza Silva, Monique Paixão e Jhenifer Raul são integrantes do Hub das Pretas do Rio de Janeiro.

Ter a consciência de que não importa a escolha, lutar contra o racismo ou viver como se ele não existisse, não acaba com o racismo que sofremos de diferentes formas diariamente. No mínimo, nos sobrecarrega. Mesmo nos dias que estamos mais dispersas, conseguimos enxergá-lo. Ele está sempre ali, na boca de alguém no transporte público, nas piadas da galera da faculdade e até mesmo dentro do berço familiar.

Oportunidades e conhecimentos

O racismo é um fator determinante na sociabilidade do negro. Sendo ele uma problemática estrutural, está presente em todas as camadas da nossa sociedade, influenciando em como agimos e como agem conosco. Ao longo da história, o racismo construiu fronteiras espaciais que ampliaram as distâncias, em especial, nos bairros das grandes cidades brasileiras.

No Rio de Janeiro não é diferente. A maioria da população negra da cidade vive em áreas mais empobrecidas e afastadas. Quando presentes nas regiões centrais, majoritariamente, concentram-se nas localidades mais precarizadas, como as favelas. O transporte público é projetado para dificultar o acesso, além de ter um alto custo. A população negra, muitas vezes, fica impossibilitada de acessar oportunidades que estão localizadas na Zona Sul e no centro.

O Hub das Pretas foi uma iniciativa importante na vida e na formação de visão de mundo das jovens beneficiadas pelo projeto. O Hub, ao incentivar a mobilidade das jovens, proporcionando a ajuda com os gastos do transporte, fez com que muitas jovens da região metropolitana e Zona Oeste da cidade tivessem acesso à informação e oportunidades que dificilmente iriam acessar sem essa plataforma. A Rede de Hubs pelo Brasil tornou mais intensa essa troca de saberes, onde pudemos ouvir e aprender com mulheres negras de diferentes partes do Brasil.

Encontros no Encontro Nacional de Jovens Negras Feministas

A luta das mulheres negras é fundamental para a melhoria das condições de vida da população negra. Estar em contato com mulheres negras é importante, pois torna nossa visão sobre o racismo, que é um problema complexo, mais rica, nos ajudando a entendê-lo melhor para melhor combatê-lo.

Um dos fatores vistos com extrema relevância neste processo foi a nossa participação no **2º Encontro Nacional de Negras Jovens Feministas** em 2017, onde participamos da elaboração de propostas de ações coletivas e individuais, em que grande parte das jovens que participam do Hub no RJ e em outros estados faziam parte da coordenação do encontro e da **Articulação Nacional de Negras Jovens Feministas**. A nossa leitura do que foi aquele encontro é a de que nós somos a continuação de um processo que outras mulheres negras começaram e que não vamos nos contentar com as políticas de migalhas e retrocessos que nos estão sendo impostas. A ampliação das redes criadas naquele encontro possibilitará uma ação conjunta das mulheres negras em âmbito nacional.

Afeto, Cuidado e Ação Política Caminham Juntos

Hub e Escrivência

Um dos pontos marcantes para nós, mulheres negras do Hub, foi o incentivo à escrita e consequentemente à leitura. No começo do projeto, cada uma de nós recebeu um caderno no qual fomos incentivadas a escrevermos sobre as nossas experiências, especialmente em relação ao projeto e às nossas vivências enquanto mulheres negras. Isso foi parte essencial para nosso aprendizado.

Realizamos uma oficina de literatura que nos apresentou diversas narrativas negras e fomentou nossas habilidades literárias. Para além de uma escrita re-creativa, fomos encorajadas a conhecer autores e autoras negros e negras que, mesmo em outras épocas, escreveram sobre problemas que até hoje fazem parte do nosso cotidiano.

Num Estado em que as nossas existências e memórias são sistematicamente apagadas, fazer-se presente na memória dos que virão é fundamental para o nosso processo de resistência. Escrever, para nós, também é um ato político. A Experiência com o Hub foi fundamental para o nosso crescimento enquanto mulheres negras, militantes e jovens. Possibilitou a criação de redes dentro e fora dos estados, redes essas que são fundamentais para o fortalecimento coletivo.



Fabio Gonçalves de Matos Souza

Educação popular como prática de enfrentamento ao racismo

Rachel Barros⁴⁰

Como a questão racial adensa a educação popular? Eis a pergunta central que permeia esse texto, que traz o relato do trabalho da Fase-Rio com jovens mulheres negras durante os anos de 2016 e 2017. Sistematizar os aprendizados resultantes desse processo formativo é também uma oportunidade de identificar os impactos do debate racial nas práticas educativas populares, nos seus executores e, dialeticamente, no tipo de relação construída com os sujeitos. Num processo dinâmico de afetos, este texto busca evidenciar que a educação é popular porque é constituída pela realidade dos grupos e sujeitos envolvidos na ação.

O artigo está dividido em três partes. Primeiro, faço um breve histórico do trabalho de educação popular desenvolvido pela Fase, e mostro como essa metodologia tem relação direta com o contexto vigente e com a missão da instituição. Em seguida, apresento a forma como esses princípios de atuação estiveram presentes no projeto com as jovens mulheres negras, finalizando com a abordagem dos aprendizados dessa experiência.

Realidade, territórios e engajamento como bases da educação popular

Desde o seu surgimento em 1961, a Fase esteve ligada às ações de apoio aos grupos comunitários. O trabalho iniciado na Amazônia por religiosos e leigos voltava-se para a distribuição de livros, roupas e medicamentos para as comunidades mais pobres. Nesse período, a Fase estreita relações com entidades como a Legião Brasileira de Assistência (LBA), Associação de Crédito e Assis-

⁴⁰ Rachel Barros é doutora em sociologia pelo IESP/UERJ e educadora popular na FASE Rio.

tência Rural (ACAR), Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), Movimento de Organização Comunitária (MOC), Movimento de Educação da Base (MEB), entre outros.

Nas áreas urbanas, o trabalho tinha como base a teoria dos 14 Sistemas Sociais, desenvolvido pelo educador Waldemar de Gregori, que é uma espécie de classificação dos fatos e das necessidades sociais em 14 categorias, a partir das quais seria possível garantir o poder de compra para um nível mínimo de dignidade humana e que, ao mesmo tempo, exigisse o estabelecimento de um teto máximo de ganhos para os indivíduos e as empresas⁴¹. O trabalho de produção de diagnósticos baseados nessa teoria auxiliava na tomada de decisão das atividades planejadas e executadas pelos grupos, tendo como perspectiva a dimensão do autogoverno e da responsabilidade coletiva para a resolução dos problemas (a exemplo dos mutirões).

Com o aumento do êxodo rural para os centros urbanos, o debate sobre os processos de desenvolvimento e subdesenvolvimento passaram a estar na pauta das ações da Fase sobre as condições de vida da população e as formas de organização popular. Foi neste período, que se inicia no final dos anos 1960 e abrange os anos 1970, que as ideias de Paulo Freire passaram a permear as reflexões e ações da instituição, e onde a premissa de que os processos educativos devem ter como ponto de partida a realidade social. Junto com esta mudança, intensifica-se a crítica das relações de poder que sustentam o sistema capitalista.

No decorrer dos anos 1980, o termo hoje utilizado para descrever a função dos trabalhadores da Fase é cunhado. A denominação de técnicos em educação não formal surge numa proposta de distinção dos processos educativos praticados nas escolas formais. A educação popular e/ou não formal passar a ser lida como um processo de apropriação do saber como instrumento de exercício do poder pelos trabalhadores e movimentos sociais.

Desta forma, o modelo de desenvolvimento adotado no Brasil, causador de desigualdades sociais, concentração de renda, empobrecimento e miséria, torna-se referência analítica e de crítica para o programa de educação popular de-

41 Para uma discussão mais aprofundada sobre a teoria desenvolvida por Waldemar de Gregori conferir o artigo "Ecocibernética social: uma proposta de nova educação", disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/viewFile/1817/1788>

envolvido pela Fase, programa este extremamente afinado com os princípios freirianos de respeito à autonomia e à dignidade do sujeito.

Essa rápida síntese de como a prática de educação popular surge na Fase mostra que ela é, em si mesma, uma prática extremamente mutável e que se aprimora com o tempo. Isto por que ela pressupõe um olhar para o sujeito e para a sua realidade. Indo mais além, esse tipo de prática educativa pressupõe que o envolvimento do educador com as práticas e perspectivas dos educandos modifica as relações nos grupos e na instituição, altera a forma de interpretar a realidade e gera novos processos de transformação social.

Práticas educativas com jovens mulheres negras

Realizar um trabalho com jovens mulheres negras, oriundas de diferentes partes do Rio de Janeiro, demandou inicialmente uma atitude de escuta para que o trabalho pudesse retratar a experiência de cada uma. O projeto considerou as falas e relatos partilhados neste momento inicial, e com o desenvolvimento das ações, foi possível identificar dimensões importantes com as quais, de forma interseccional, os temas de gênero e de raça foram abordados: trajetória, memória, território e práticas.

Durante todo o processo formativo com as jovens negras, as experiências individuais foram tratadas como possibilidade de fortalecimento e reconhecimento de construção da trajetória pessoal, profissional e educacional. Lidamos com um grupo composto por universitárias, jovens com ensino médio, moradoras de favelas, periferias, mas todas, de alguma forma, traziam a marca do racismo. A valorização das trajetórias possibilitou a ampliação do entendimento sobre a complexidade da identificação e reação às práticas racistas na sociedade brasileira.

O elemento da memória foi essencial para a prática educativa das jovens negras, pois foi por meio dele que o conhecimento de referências intelectuais, da luta antirracista e de auto-organização de mulheres negras pôde ser transmitido. O reconhecimento da ancestralidade das mulheres negras na fala de Lúcia Xavier, a história do movimento de mulheres lésbicas contada por Neusa das Dores Pereira, a identificação com o legado intelectual e militante de Luiza Bairros, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, entre outras, apareceram nos mui-

tos momentos de diálogo sobre a forma como as mulheres negras incidiram de maneira determinante na sociedade civil e nos espaços institucionais. A dimensão da memória nos permitiu olhar para a história das mulheres negras, poucas vezes valorizadas nos espaços formais de educação. E como Sankofa nos ensina, voltar ao passado foi uma atitude fundamental para compreender o presente e projetar o futuro.

Assim como a trajetória nos trouxe possibilidades de partilha das experiências individuais, o território foi o elemento que possibilitou o debate sobre a experiência de ser negra e mulher em diferentes espaços e locais. O território apareceu como forma de organização comunitária, nos debates sobre a circulação do corpo negro nos espaços elitizados da cidade, nas reflexões sobre os estigmas atrelados aos espaços de vida das jovens negras e na percepção de como a sua circulação pela cidade é marcada pelo racismo.

Por fim, quando falo de práticas, quero valorizar que a formação realizada com as jovens negras contou com a participação de iniciativas, movimentos e experiências de outras mulheres negras, tais como:

- » Realização de um momento de imersão sobre racismo, realizado em janeiro de 2017, com a participação de mulheres ligadas ao movimento de mães e familiares vítimas de violência policial. Nessa atividade, extremamente intensa e emocionante, mulheres negras de gerações distintas puderam partilhar as suas experiências com o racismo e se fortalecer, reconhecendo os processos de luta em curso no Rio de Janeiro;
- » Participação nas atividades da primeira edição do evento *21 Dias de Ativismo Contra o Racismo*, organizado por coletivos negros no Rio de Janeiro;
- » Articulação com a mandata da então vereadora Marielle Franco, que levou as jovens a conhecerem o funcionamento da Câmara Municipal e a participar no debate público sobre mortalidade materna;
- » Participação no 2º Encontro de Jovens Negras Feministas, realizado em São Paulo, com representantes de vários estados do país;
- » Participação em eventos realizados em favelas como o *Na Raça*, atividade promovida por diferentes movimentos e coletivos que aconteceu no Complexo de Favelas de Manguinhos.

Todas essas ações colaboraram para que informações, debates e reflexões fossem apreendidos de forma prática e pulsante na atuação das mulheres negras no Rio de Janeiro. Essas atividades também foram a oportunidade para que as jovens reconhecessem suas ações como parte da história de luta das mulheres negras no Brasil.

Esse compilado de experiências e práticas construídas no decorrer do projeto é fruto de um trabalho que demandou entrega, engajamento e identificação com os temas estruturantes do trabalho em curso. Educadoras e jovens negras, no encontro de suas experiências, tiveram aprendizados que transformaram sua forma de identificar, sentir e combater o racismo e o sexismo.

Conclusão: raça, gênero e educação popular

Desenvolver práticas educativas orientadas por princípios que preconizam a autonomia e organização dos sujeitos por vezes tornam-se um desafio quando é preciso trabalhar com suas especificidades. A experiência com jovens mulheres negras exigiu um profundo aprendizado do que pode vir a ser uma educação popular racializada.

Além dos referenciais e das dimensões já citadas, muitos outros saberes e conhecimentos foram valorizados e mobilizados nesse aprendizado. A cosmologia africana e suas tradições foram apresentadas por meio da formação do projeto *A Cor da Cultura*; a escrita das mulheres negras, brasileiras e africanas foi reconhecida na oficina de literatura com Katia Santos e Fernanda Felisberto, na qual as jovens foram incentivadas a desenvolver a sua própria escrevivência, tal como propõe Conceição Evaristo; corporeidade e fala foram trabalhadas nas oficinas dadas por Lumena Aleluia e Gleide Cambria.

Em todos esses momentos de aprendizados, os conteúdos de história e cultura afro-brasileiras preconizados pela lei 10.639/03 foram trabalhados. Também foi possível debater a existência do racismo e do sexismo em suas diferentes formas de manifestação. Institucionalmente, este trabalho foi pedagógico em vários sentidos. O lugar da mulher jovem e negra nesta sociedade, suas especificidades e questões foram vistas dentro de um contexto de racismo estrutural. A partir de histórias pessoais, a intersecção entre juventudes, gênero e raça emergiu como importante orientação prática da educação popular.

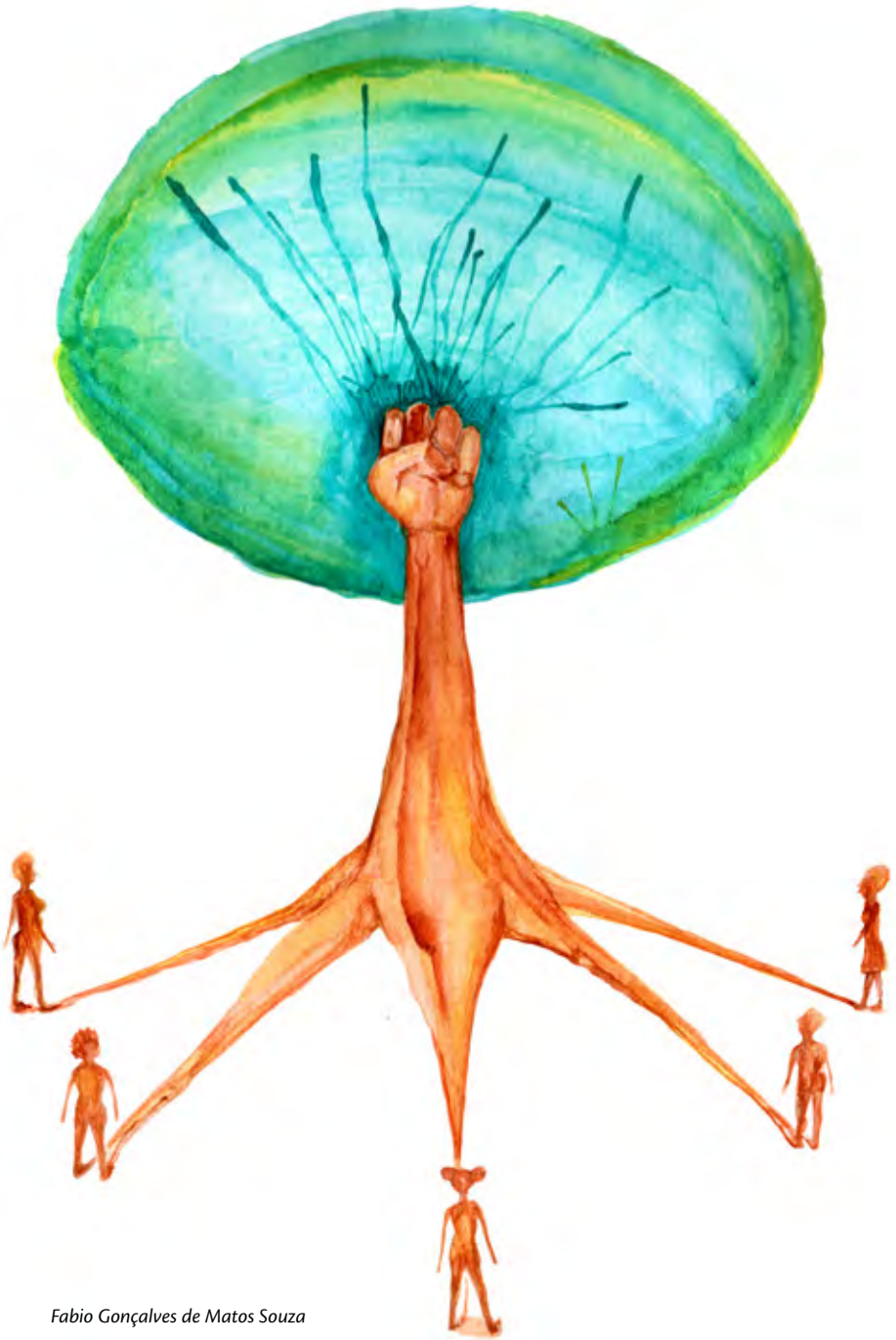
Na atitude de revisão e reflexão constante que os processos de educação não formais exigem, o trabalho com jovens mulheres negras foi um passo importante dado no aprofundamento da luta antirracista, que precisa ser vista como elemento constitutivo da crítica ao modelo de desenvolvimento brasileiro. Não existe debate possível sobre a forma de produção das cidades, de ataque aos territórios tradicionais e aos direitos constitucionalmente garantidos sem a presença da variável racial.

A compreensão de que as instituições não negras, com histórico de luta pela garantia dos direitos humanos, também possuem lugar próprio nesse debate, é fundamental para impulsionar a produção de conhecimentos profundamente emancipadores e transformadores. Nesse sentido, a aposta na educação popular é também caminho para a elaboração criativa de novas práticas antirracistas.

Referências Bibliográficas:

- ALMEIDA, Silvio. O que é Racismo Estrutural? Belo Horizonte, Letramento, 2018.
- BARBOSA, Evanildo; BARROS, Rachel. Jovens negras no Brasil e a transmissão geracional do racismo e da desigualdade. Juventudes e desigualdades no urbano. Le Monde Diplomatique Brasil, 2016. Dossiê 100, 2017.
- CRENSHAW, Kimberlé. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>. Acesso em 02 fev. 2019.
- EVARISTO, Conceição. Escrivência da afro-brasilidade: história e memória. Belo Horizonte, Revista Releitura – 23, 2008.
- FAVRET-SAADA, Jeanne. Ser afetado [1990]. In Siqueira, Paula. “Ser afetado”, de Jeanne Favret-Saada. São Paulo, Cadernos de Campo, volume 13, 2005.
- FREIRE, Paulo. Educação como prática de liberdade. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1967.
- _____. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.





Fabio Gonçalves de Matos Souza

O Ibase e o Hub das Pretas

Athayde Motta, Marina Ribeiro e Rita Corrêa Brandão⁴²

Durante a realização do projeto *Hub das Pretas*, apoiado pelo programa *Desigualdades nas cidades*, da Oxfam Brasil, o foco principal do projeto — jovens mulheres negras, organizações que as representam e suas experiências de vida e de militância — mereceu atenção especial por parte do Ibase. Embora tenhamos uma longa trajetória no tema Juventudes, com pesquisas em profundidade em vários países e papel relevante na formulação de políticas públicas do setor, nunca havíamos implantado um projeto envolvendo prioritariamente esse setor da sociedade civil. Essa não era uma questão especial apenas para o Ibase. De fato, a decisão de focar o primeiro projeto do programa nesse grupo havia sido conjuntamente tomada após debates e reflexão com as cinco ONGs parceiras da Oxfam Brasil na iniciativa e com a ONG Criola. Ressalte-se que nenhuma das cinco organizações do consórcio era parte do movimento negro ou do movimento de mulheres negras, e isso, obviamente, levantou questões referentes à legitimidade dessas organizações para trabalhar com o tema e, tão importante quanto, sobre sua capacidade de estabelecer uma relação horizontal, equânime e solidária com o movimento de jovens mulheres negras e as organizações que as representam.

Para o Ibase, um ponto em especial tornou-se quase uma espécie de objetivo não escrito do projeto. Se algumas das atividades incluíam o apoio à participação em processos políticos mais amplos, qual o papel do Ibase no apoio e defesa do protagonismo das jovens mulheres negras e das organizações que as representam no debate público? A pergunta era relevante porque houve, e ainda há, tensões entre as Organizações da Sociedade Civil (OSCs) sobre quais tipos de organização (e seus membros) têm sua capacidade e protagonismo mais frequentemente reconhecidos e quais têm mais dificuldades para conquistar tal reconhecimento e, por conseguinte, mais acesso a parcerias, apoio financeiro e reconhecimento no debate público.

⁴² Athayde Motta é diretor executivo, Marina Ribeiro é coordenadora de projeto e Rita Corrêa Brandão é diretora adjunta no Ibase.

Embora relevante, não havia uma resposta pronta. Qualquer iniciativa nesse sentido deveria envolver as jovens mulheres negras e incorporar suas experiências e perspectivas sobre o que chamamos de protagonismo. Havia o risco de impormos uma perspectiva de protagonismo imprópria, ou mesmo inútil, para as participantes, baseada em noções de liderança e movimento social que são ultrapassados e irrelevantes não apenas para jovens mulheres negras, mas para a juventude em geral. Portanto, que tipo de protagonista se queria, sobre que temas e em que espaços eram partes fundamentais da discussão?

Quaisquer dificuldades não poderiam minimizar a importância da questão. Se tal protagonismo não fosse assegurado — de acordo com as perspectivas das participantes do projeto — o Ibase certamente ocuparia esse espaço, mesmo que não de maneira intencional. Não há processos políticos sem protagonistas e tal protagonismo tem papel determinante para a capacidade de mobilização e incidência política de qualquer organização ou movimento social.

E como enfrentamos isso? Além dos espaços de reflexão e autocuidado, essenciais no preparo do espírito e do intelecto para o embate político, o projeto apoiou ações de incidência e de participação em espaços políticos que permitiram o aprendizado *in loco* e a posterior reflexão necessária para o amadurecimento político e intelectual.

Um evento em particular teve importância especial nos campos simbólico e político: a reunião com Winnie Byanyima, diretora executiva da Oxfam Internacional, no Ibase, como parte de sua visita ao Brasil. Se o Ibase tem a peculiaridade de ter como diretores uma mulher e um homem negros, também é fato que diferentes motivos não permitiram o envolvimento em profundidade da direção do Ibase com as atividades cotidianas do projeto. E, de acordo com a demanda por representatividade dos movimentos negros brasileiros, ver e conviver com pessoas negras em posição de comando estimula que outras pessoas negras, especialmente as juventudes negras, se engajem mais ativamente na luta por igualdade racial.

Houve outras oportunidades como essa em eventos com foco especial na luta das mulheres negras por direitos e igualdade, além de outros onde as jovens puderam exercitar de alguma forma esse protagonismo. No entanto, processos de formação política são longos e incertos. Há mais e menos chances e, se a conjuntura política brasileira atual demanda tal protagonismo, não favorece

que ele seja exercido livremente. Nesse sentido, jovens mulheres negras da periferia continuam a ser alvo de preconceitos e exclusão e as formas de protagonismo possíveis têm se tornado mais raras. Mas o que isso impõe ao Ibase é um maior compromisso e inventividade ao cumprir seu papel e estimular o protagonismo das jovens mulheres negras e de suas organizações não apenas nesse projeto, mas em todas as atividades da organização.

Juntas e organizadas – o cotidiano do projeto

O conceito de *hub* é uma tradução livre de um elemento do campo das novas tecnologias de comunicação e informação que, adaptado ao universo do projeto, serviu como estratégia para a implantação de um espaço de cocriação. Como proposta, mulheres negras jovens e não jovens reunidas em um espaço propício à divulgação de soluções locais e coletivas voltadas à cultura, arte, formação, comunicação e incidência política. Trata-se de valorizar o que cada jovem traz, individual e coletivamente, para debater em um espaço de reconhecimento e criação coletiva, fortalecendo ações e direitos.

O Hub das Pretas para ser esse espaço idealizado inicialmente, e corresponder às expectativas construídas em torno dele, precisava de no mínimo dois elementos fundamentais. Primeiro, comprometimento, empenho das organizações e suas equipes. Segundo, precisava que as jovens negras compartilhassem confiança, tempo, disponibilidade e suas habilidades inventivas. Habilidades que transformam suas vidas cotidianamente, que marcam a forma como essas jovens se organizam para incidir politicamente e participar da vida em seus territórios, na universidade, no trabalho, construindo alternativas de enfrentamento às múltiplas opressões determinadas pelo racismo a que são submetidas.

O pertencimento territorial e, conseqüentemente, a opção por atuar nos diferentes territórios é uma das marcas do modo de ativismo desse grupo. Elaborar ações criativas para mobilizar e transformar seus territórios passa a ser uma das fortes demandas do *Hub das Pretas* — ainda que pese sobre esse grupo uma situação de extrema vulnerabilidade, risco na vivência da condição juvenil como jovens mulheres negras moradoras de periferias e favelas do Rio de Janeiro.

É diante de um quadro nacional de retrocessos na garantia de direitos sociais, crise econômica e política nos diferentes âmbitos governamentais (municipal, estadual e federal), perdas significativas em relação às políticas públicas de juventudes, políticas de promoção da igualdade racial, políticas públicas para as mulheres e políticas de promoção e garantia da diversidade sexual e de gênero, que esse grupo se destaca ao aceitar o desafio imposto pela realidade de criar alternativas para viver, existir e resistir.

Esse quadro aumenta as desigualdades sociais já existentes na sociedade brasileira, agravando a situação da população negra no seu conjunto, considerando que as negras jovens, nesse grupo, são alvo das assimetrias sociais. O racismo como fator determinante na produção social de valores dentro da nossa sociedade, ao mesmo tempo em que nega sua existência, serve para justificar o extermínio da juventude negra, o não acesso a diferentes serviços públicos e instituições sociais, a não participação efetiva no sistema político e, assim, a cargos políticos.

Para as jovens negras, o desafio de encarar a realidade para transformá-la é uma ação permanente, individual e coletiva. O *Hub das Pretas* tornava-se um ambiente catalisador em relação ao exercício da cidadania ativa e participação, potencializando a força já existente nas jovens, como processo de subjetivação de mulheres negras jovens ativistas.

Na ação territorial, essas jovens produzem novas formas de enfrentar velhos problemas. Grande parte desse fazer militante segue de forma solitária, sendo algo próprio do racismo. Mas, também, significa certo grau de independência de movimentos tradicionais que elas decidem politicamente não participar. Nesse movimento, suas ações apoiam e fortalecem outras mulheres negras, jovens e não jovens, submetidas às mesmas opressões e àquelas de outra natureza. A estética, a fala, a música, a dança e a arte são partes que compõem o todo de um novo fazer político que dialoga utilizando o vocabulário diverso e próprio dos territórios.

O Ibase como organização antirracista

O debate sobre questões raciais não é algo novo no Ibase. Em 1990, a campanha *Não Deixe sua Cor Passar em Branco* já lutava contra a ameaça de retirada do quesito cor/raça do censo demográfico e incentivava o reconhecimento da cor negra como resposta. No início da década de 2000, o Ibase passa a acompanhar o processo preparatório da 3ª. *Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância*, conhecida como Conferência de Durban, realizada em 2001, na África do Sul.

O momento também marca uma forte aproximação do Ibase com a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras (AMNB), ou Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, originando o grupo *Diálogos contra o Racismo*⁴³ – que discutia formas de implantar no campo da sociedade civil as ideias e resoluções trazidas à tona pela Conferência de Durban. Vale destacar também a edição do livro *Sonhar o futuro, mudar o presente*, com a síntese de encontros de organizações da sociedade civil envolvidas em discussões pré e pós Conferência de Durban. Em seguida, surge a campanha *Onde você guarda o seu racismo?*, composta por vídeos e cartazes que levavam ao público questionamentos sobre situações em que havia flagrante preconceito contra a população negra. Outro fato marcante do período foi a publicação da cartilha *Cotas Raciais, por que sim?*, que reunia argumentos em defesas dessa política pública e posicionava o Ibase a favor de sua adoção.

Ainda que presente de forma intensa em produtos, o Ibase sempre tratou da temática racial de forma transversal às suas atividades principais. Na prática cotidiana, o enfrentamento do racismo ganhava maior ou menor centralidade de acordo com o maior ou menor compromisso e importância que cada linha programática, coordenador(a) de área ou pesquisador(a) dava ao tema. E embora historicamente o Ibase se defina como uma organização de defesa dos direitos humanos, o tema racial — assim como o de gênero — nunca foi estabelecido como campo de ação ou linha programática institucional.

43 Organizações e redes que fizeram parte da iniciativa de 2001 a 2004: Observatório da Cidadania, Ibase, Abong, Centro de Estudos Afro-Brasileiros (UCAM), Criola-Rio, CFEMEA, Comunidade Baháí (Brasília), Fase (Rio), Instituto Patricia Galvão/AMB (SP), CESEC-UCAM (Rio), Rede Dawn (Rio), CEDEC (SP), Geledés/Instituto da Mulher Negra (SP), Inesc (Brasília), Redeh (Rio), SOS Corpo (Recife).

Foi a partir do *Hub das Pretas* que a questão racial deixou de ser transversal. A aproximação com coletivos de mulheres negras aumentou exponencialmente e trouxe para o centro das discussões institucionais algo que o Ibase tangenciava. Mulheres negras, militantes, estudantes, mães, produtoras de arte e novos saberes circularam pelo Ibase e trouxeram suas experiências de lutas, pautas e demandas — mas também suas dores e necessidades de autocuidado.

O *Hub das Pretas* fez o Ibase se repensar como instituição. Trinta e seis anos após sua criação, o Ibase declara em 2017 o compromisso de combate ao racismo explicitamente em seu Plano Anual. No mesmo ano, também de forma inédita, um negro e uma negra assumem a direção executiva e adjunta da instituição. Houve então uma efetiva participação do Ibase no Movimento de Mulheres Negras e a ampliação do envolvimento institucional com a juventude negra e de periferia. Em 2019, a nova direção decide incluir a luta antirracista nas novas diretrizes institucionais. Ao assumir-se publicamente como uma organização que combate o racismo, o Ibase mantém a certeza de que sua função não é disputar com organizações do movimento negro, mas sim somar-se à luta que essas instituições representam.





SÃO PAULO



Sem título - Pintura em Aquarela por Isabela Alves

Hub das Pretas SP: construção da existência

Mariana Boaventura⁴⁴

A palavra sobrevivência funciona como um sobrenome oculto das pessoas negras. Ninguém a tem registrada na certidão, mas todo mundo tem feito tatuagem na consciência.

Sobreviver é permanecer vivo e também continuar a existir. Pessoas negras são sobreviventes. Sobreviver pode se tornar um ato corajoso sustentado pelo instinto de continuar vivendo.

Eliminando o romance que o adjetivo corajoso possa insinuar aos negros, sobreviver possui um significado ampliado: sobreviver é o que se conhece por viver e viver é o que se conhece por estar em estado de alerta constante. Os efeitos são cruéis, diversos e profundos.

Às vezes penso que a rigidez da pele negra, tão anunciada por aí entre as verdades do senso comum, não é algo geneticamente bom, pois essa característica foi inserida no nosso DNA como evolução para resistir ao medo e ao conjunto de abusos psicológicos, físicos e socioestruturais, que chamamos de racismo, fazendo com que nossa pele seja o artefato para que possamos sobreviver e transpor.

A estrutura precisa que sigamos como sobreviventes, pois esta é uma exigência do sistema, cuja existência depende da expropriação dos corpos e da manutenção da violência. O que somos não cabe no capitalismo. Não cabe amor. E é por isso que processos como o Hub das Pretas provocam abalos sísmicos e acionam o estado de alerta da outra parte. Ter consciência de que sobreviver e viver são palavras distintas, ao mesmo tempo que assusta, também liberta.

⁴⁴ Mariana Boaventura é advogada, DJ e produtora musical na Pantera Cartel.

Hub das Pretas foi uma construção coletiva e orgânica das palavras viver e liberdade. Entender-se em um corpo que por determinado espaço-tempo não corre perigo é entender que há outra possibilidade de existência. E quando visualizamos que há outra possibilidade de existência, também passamos a enxergar que temos escolhas e, por fim, que temos liberdade.

Liberdade é respeito e respeito é autocuidado.

Entre irmãos

“Me vejo como uma árvore hoje, eu entrei aqui eu era uma frutinha. Tava me descobrindo, me conhecendo, hoje me vejo muito forte mesmo, com raízes. Me proporcionou vivenciar coisas que eu não consigo explicar o tanto que amadureci, o tanto que me levou a minha ancestralidade, que me deu certeza dos caminhos que estou seguindo”.

Thaila Arruda

“Ê casa sã, recebe nói, acalma a dor, desata os nós. Hoje eu estou atravessada pela fala de Mônica Oliveira, uma irmã que diz: eu tenho pressa. Hoje, hoje eu tenho pressa e isso define a minha experiência”.

Adriana Paixão

“A minha palavra, meu sentimento maior é de gratidão. E de sentir que é possível a gente fazer um movimento juntas enquanto mulheres pretas, fortes de mudar o mundo. Juntas somos mais fortes! Juntas podemos tirar a dificuldade do nosso caminho. Nós nos vemos umas nas outras, podemos ver beleza, potência, fortalecer umas às outras e por sua vez vencer o machismo, o racismo. Meu sentimento é de gratidão”.

Cibelle de Paula

“Como o nome do projeto já diz, saio fortalecida e trago esse fortalecimento comigo. Nossas formações contam, nosso cuidado conta, não necessariamente organizar uma coisa prática, mas todo o momento que a gente pensa na nossa vida, em nossas amizades, nossa alegria, nossa felicidade é uma incidência política. Então, estar com outras mulheres negras, conhecer outras mulheres negras e conseguir viver, conseguir andar, conseguir sorrir é uma incidência política. E esse fortalecimento veio também reforçado dentro do projeto, dentro do Hub das Pretas e isso eu vou trazer comigo sempre, esse fortalecimento de estar entre mulheres negras, de conseguir considerar toda a minha vivência, toda a vivência das minhas um ato político”.

Angela Brandão

“Eu acho que na minha experiência, na minha atuação política, na minha existência no mundo, o hub me trouxe uma maneira diferente de conseguir me relacionar e pensar como a nossa existência em si já é transformadora, se a gente se dispõe a estar juntas e construir coisas juntas, isso em si já se faz uma resistência”.

Thais Santos

“Quando a gente constrói juntas as coisas se tornam muito mais fortes, muito mais intensas e tem muito mais sentido, eu acho, pra todas. E a última mensagem que eu deixo para todas as meninas que fizeram parte desse projeto é que todas nós somos árvores bonitas e que a gente precisa e merece ter todos os cuidados”.

Dora Lia

“O hub pra mim foi uma experiência muito boa, muito maravilhosa, por causa das meninas, por causa de todo conhecimento e por mudar minha visão de vida também. Foi muito bom também conhecer as meninas de outros estados, conhecer as vivências, você lembra das meninas, tem aquelas lembranças boas e você acaba fazendo as coisas melhor do que você poderia, sabe? Você fica feliz por ter tido essa experiência e que te fez muito bem, então foi maravilhoso”.

Christine Gomes

“Bom desde quando eu me descobri ser mulher preta, eu sempre fui muito sozinha com as minhas questões, pelo fato de ser gorda, então eu sempre tive muito problema com isso e sentia que a minha dor era muito maior que as outras dores. Quando eu conheci o hub foi muito importante, porque eu pude ouvir outras pessoas, eu pude fazer parte, mesmo que fosse paralelamente ou não efetivamente de outras vivências e pude perceber o quanto eu posso somar e multiplicar o cuidado que todas tiveram comigo. Então o que eu quero a partir de hoje pra minha vida, pras minhas e pros meus é esse afeto, a acolhida, acolher as pessoas da forma que eu fui acolhida”.

Fabiana OADQ

“A sociedade brasileira é tóxica, violenta e cruel com corpos negros. Quando esses corpos são de mulheres a coisa dobra. Quando essas mulheres são trans a situação se torna ainda pior. No Hub foi possível encontrar um espaço seguro de afeto e trocas que curassem algumas feridas e nos fortalecesse para as lutas cotidianas. A experiência foi única e de construções impagáveis. Os encontros eram uma esperança no fim do túnel e a certeza de que ao sairmos deles estaríamos repletas de força, ânimo e coragem para vencer as batalhas e gozar das alegrias que compartilhávamos entre nós. O hub foi alegria, choro, trocas, amores e muita possibilidade de experimentar coisas e espaços novos. Sinto profunda saudade”.

Erika Hilton

Integrantes do Projeto “Jovens Mulheres Negras fortalecidas na Luta contra o Racismo e o Sexismo” (Hub das Pretas - SP)

Isabela Alves – artista negra, transitando na fotografia, colagem, tela, desenho digital e aquarela. Membro do *Coletivo Quilombo XXIII* e estudante de Letras na Universidade de São Paulo.

Jéssica Tavares – formada em Políticas Públicas, ativista dos direitos dos favelados e do direito à moradia. Iniciou a militância no *Coletivo Negro Vozes* e no *Coletivo Feminista Cláudia Maria*. Pesquisadora do campo dos direitos urbanos e participação popular interseccionalizados com a luta antirracista e sexista no Brasil.

Juliana Martins – Formada em Direito, atua com pautas vinculadas à juventude. Foi secretária executiva na *Coordenação de Políticas para Juventude de São Paulo*; é produtora executiva na empresa *Trio Midas*. Trabalhou no programa *Ação Na Justiça* da Ação Educativa, como estagiária, com pautas vinculadas à exigibilidade do direito humano à educação.

Thais Rosa OADQ – Estudante de Pedagogia, integra o *Coletivo DiadeNega*, coletivo de mulheres negras que trabalham as questões raciais, sociais e de gênero usando a arte como ferramenta de transformação e luta.

Jaqueline Cunha – Esteve presente no início do projeto. Percussionista de diversos grupos na cidade de São Paulo, é integrante do *Coletivo Levante Mulher* no Butantã (Zona Oeste da capital).

Adriana Paixão – Formada em Artes do Corpo e Ciências Sociais, é atriz da *Cia. Capulanas de Arte Negra*, que tem sua sede no Jardim São Luiz (Zona Sul da capital).

Thabata Leticia – Atriz do *Núcleo Teatral Filhxs da Dita*, arte-educadora, atual presidenta da *Cooperativa de Artistas* e estudante de Ciências Sociais na Unifesp. Vive e desenvolve projetos artísticos e sociais no bairro Cidade Tiradentes, na Zona Leste da capital. Também atua na gestão do *Centro Cultural Arte em Construção*

Jéssica Cerqueira – Pesquisadora do *Emergência Política Periferias*, integrante do coletivo autônomo *Adelinas* e coordenadora do *QuebradaMaps*.

Thaila Luiza – Participou de um projeto de formação de jovens na Ação Educativa, chamado *Jovens Agentes pelo direito à Educação*, e quando adentrou o projeto integrava o *MSA - Movimento Socialismo Alternativo*. Participou do Movimento de Secundaristas na Ocupação nas Escolas em 2015 no bairro de Sapopemba (Zona Leste da capital). Atualmente, se encontra à frente do Centro Cultural Elza Soares (Lei de Fomento à Periferia).

Dora Lia – Designer, foi jovem monitora do Centro Cultural Vila Nova Cachoeirinha, que tinha parceria com a Ação Educativa, e também atuava no Coletivo Quintal D’áfrica.

Karoline Oliveira – Atua no TV DOC Capão, que tem sua sede no Capão Redondo, e é moradora de Taboão da Serra (Região Metropolitana de São Paulo).

Cassia Kezia – Atuava no Coletivo Negro dos Secundaristas e também escrevia para o Geledés. Moradora do Jardim Mirian (Zona Sul da capital).

Lara Rocha – Coordenadora do Cursinho Popular do Butantã (Zona Oeste da capital).

Micaela Cyrino – Artista Plástica, atua desde a adolescência no *Movimento de Pessoas Portadoras de HIV/AIDS*; fez parte do *Coletivo feminista Mangueiras* e integra o *Coletivo Amem*. Seus territórios de incidência são Grajaú (Zona Sul da capital) e região central da cidade de São Paulo.

Cibele de Paula – Professora do Ensino Fundamental, é integrante e coordenadora do naipe de dança do *Bloco Afro Ilú Obá de Min*; é moradora da Fazenda da Juta (Zona Leste da capital).

Mariana Boaventura – Advogada e DJ, integra o coletivo *Comuna Deusa*, localizado no Butantã (Zona Oeste da capital). Também atua como produtora musical na *Pantera Cartel*.

Angela Brandão – Organizou o primeiro *Acampamento de Feminismo Interseccional*; atualmente faz parte do coletivo de mesmo nome. Mora na Vila Medeiros (Zona Norte da capital).

Thayannedy Alves – Poetisa, atua no *Sarau das Pretas* e *Sarau da Ponte pra Cá*, na Zona Sul da capital.

Jhowsny Soares – Jovem mulher trans, participou do projeto *Juventudes com Direitos* da Ação Educativa, em parceria com a Oxfam Brasil, e do Movimento de Secundaristas na Ocupação nas Escolas em 2015, no bairro de Sapopemba (Zona Leste da capital). Durante o projeto, participou do Cursinho Popular Transformação, proposta de cursinho comunitário voltado para pessoas transgêneras, travestis e não-binárias que acontece na sede da Ação Educativa.

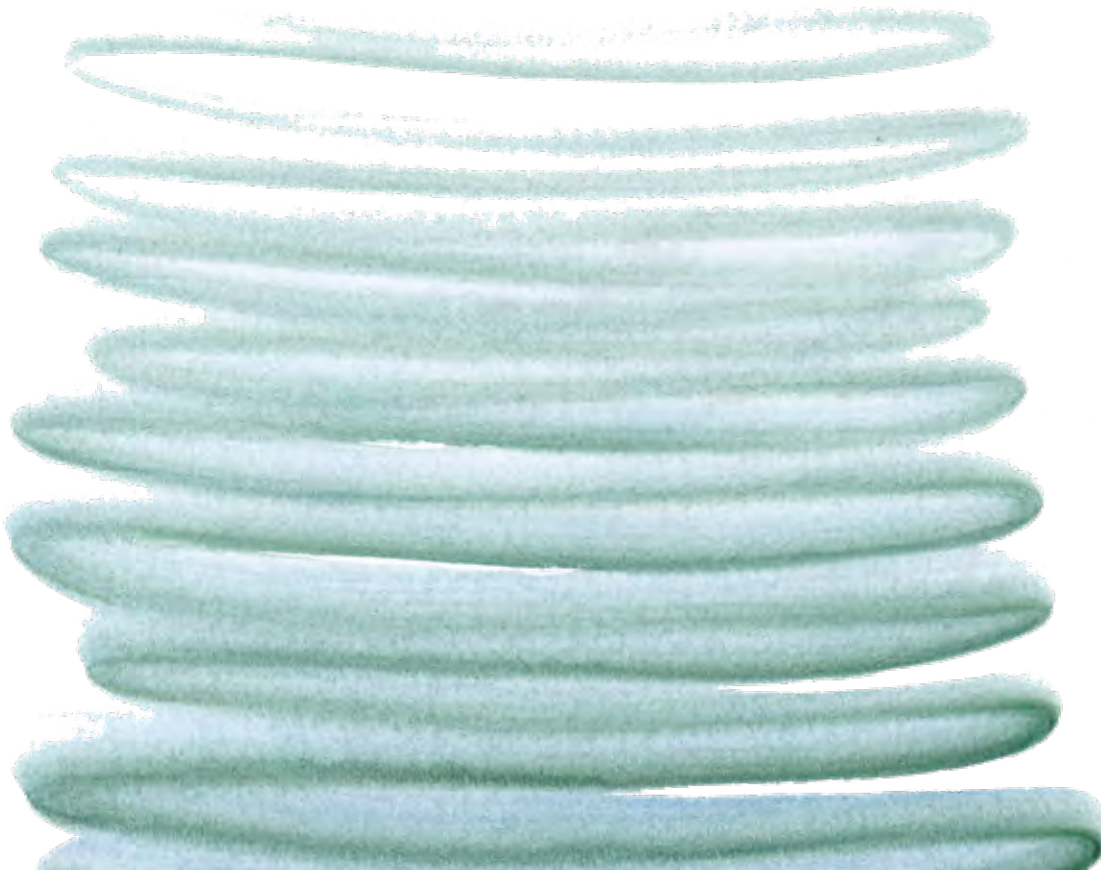
Rita Silva – Participou de um projeto de formação de jovens na Ação Educativa chamado *Jovens Agentes pelo direito à Educação* e atuou, também, como coordenadora do cursinho popular da Uneafro em Sapopemba (Zona Leste da capital). Durante o projeto, foi selecionada para o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal Fluminense em Niterói, Rio de Janeiro, e continuou participando do projeto pelo Hub Rio.

Fabiana Carvalho – Atua no universo da moda questionando padrões de beleza e gordofobia; fez parte do coletivo *Africa Plus Size* e integra o *Coletivo DiaDeNega*, em Diadema (ABC Paulista).

Christine Gomes – Jovem negra trans, atua no universo da moda e participa do Cursinho Popular Transformação, proposta de cursinho comunitário voltado para pessoas transgêneras, travestis e não-binárias que acontece na sede da Ação Educativa.

Erika Hilton – Jovem “transvetigenera”, militante LGBTQ+ e estudante de Gerontologia na Universidade Federal de São Carlos, onde pesquisa o envelhecimento da população negra e LGBTQ+ Idealizadora e educadora do cursinho pré-vestibular Transformação, na USP. Atualmente eleita como deputada no mandato coletivo da Bancada Ativista.

Thais Santos – Cientista Social, Mestre em Sociologia pela USP, trabalha com gênero, raça e juventudes.





Fabio Gonçalves de Matos Souza

Hub das Pretas: espaço de solidariedade de jovens mulheres negras como ação política

Raquel Luanda e Juliane Cintra⁴⁵

Quando escrevo, quando invento, quando crio a minha ficção, não me desvinculo de um "corpo-mulher-negra em vivência" e que, por esse "o meu corpo, e não outro", vivi e vivo experiências que um corpo não negro, não mulher, jamais experimentaria (EVARISTO, 2009, p.18).

Falar da experiência do projeto *Jovens Mulheres Negras* a partir do lugar da Ação Educativa, organização que há 25 anos atua no campo de defesa de direitos humanos, acaba inevitavelmente por desembocar na trajetória de duas jovens, também negras, que atuam na organização por pelo menos cinco anos. Reconstituir esse campo de intencionalidades, desejos e ação política faz com que seja necessário retomar memórias, subjetividades, pontos de vistas destas que lideraram a construção dessa história.

Antes de nós, os direitos da juventude já tinham conquistado a centralidade nos debates sobre políticas públicas e educação. A Ação Educativa foi uma das organizações pioneiras na afirmação dos jovens como sujeitos de direitos, tendo contribuído para a visibilidade e inserção de suas questões na agenda pública nacional, pautando o fortalecimento da participação juvenil nos espaços públicos em que se negociam direitos e políticas.

Em aliança com organizações do movimento negro, protagonista histórico da luta contra o racismo, nestes anos de atuação, a Ação Educativa vem trilhando um caminho institucional de aprendizagem e de adensamento interno desti-

⁴⁵ Juliane Cintra é jornalista pela UNESP, especialista em cultura, educação e relações raciais. É coordenadora das áreas de Eventos, Comunicação e Tecnologia da Informação da Ação Educativa.

Raquel Luanda é formada em Ciências Sociais pela UNIFESP, durante o projeto era assessora da área de Juventude onde atuou como educadora especialmente nas temáticas de gênero, raça, juventude e segurança pública. Atualmente é supervisora do Centro de Eventos da Ação Educativa.

nado a consolidar a problemática das relações étnicorraciais como eixo fundamental de sua atuação, em articulação com as perspectivas de gênero e classe social.

Tal opção tem em conta que todos os indicadores sociais e educacionais revelam a persistência das desigualdades raciais nas últimas décadas e de práticas e culturas racistas no cotidiano da sociedade.

Encerrada uma das principais iniciativas a partir da qual a Ação Educativa inseriu-se nesse campo – o *Concurso Negro e Educação*, em parceria com a Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (Anped) e apoio da Fundação Ford (2002-2006) – foi possível dar passos significativos na promoção da igualdade racial em ações de diversos programas da instituição.

Em 2008, foi criada uma unidade interna dedicada a abordar as questões de Diversidade, Raça e Participação. Estabeleceu-se como um dos focos estratégicos de trabalho o processo de implementação da Lei 10.639/2003, mobilizando ações em conjunto com escolas e sistemas de ensino, a elaboração de pesquisas, a produção de materiais e a incidência política.

O fortalecimento da agenda de igualdade de gênero ocorre em parceria com importantes agentes do campo, como o Geledés - Instituto da Mulher Negra, a ECOS - Comunicação em Sexualidade e o CLADEM - Comitê Latinoamericano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher. Este trabalho acontece por meio da incidência no campo das políticas educacionais, em articulação com as questões de renda, raça/etnia e diversidade sexual, como desafio fundamental para a superação de desigualdades educacionais e garantia do direito humano à educação de todas e todos.

E assim, chegamos ao nosso ponto de partida, o Projeto *Jovens mulheres negras fortalecidas na luta contra o racismo e o sexismo*, que nasce do desejo de trabalhar conjuntamente em ações de enfrentamento das desigualdades urbanas, com foco em juventudes, gênero e raça. A mobilização interna com a chegada desse projeto desencadeia um processo inovador que começa com a condução desta proposta institucional. Alocado na área de juventude, se cria uma coordenação colegiada composta de mulheres negras de diferentes unidades e setores que assumem a responsabilidade de conduzir tal iniciativa. Nas palavras da Coordenadora Executiva, Ednéia Gonçalves:

“Este projeto é um marco importantíssimo para a Ação Educativa por várias razões, a que eu gostaria de destacar foi a oportunidade de reunir em sua coordenação mulheres negras de diferentes áreas. Essa escolha teve um efeito direto nos resultados e na qualidade da interlocução com um grupo que vivenciou um ciclo formativo baseado na autoridade e no respeito às diferentes dimensões do ativismo interseccional. A horizontalidade sincera e intencionalmente construída ofereceu segurança para que as jovens se distanciassem da vivência cotidiana de enfrentamento ao racismo para coletivamente refletir e construir posicionamentos e estratégias antirracistas assentadas nas múltiplas experiências, procedências e saberes do grupo. Em outros momentos, essa escolha permitiu que mergulhassem nas águas profundas dos efeitos emocionais do racismo, seguras da condução de quem navega nas mesmas águas.”

O primeiro desafio estava dado para além da transversalização da atuação quando se pensa em gênero e raça. O avanço ocorria justamente na estruturação de um processo cuja referência era um conjunto de profissionais negras com acúmulos distintos nos mais variados campos do conhecimento, como comunicação, educação, ciências sociais, entre outros. O cotidiano, no entanto, trouxe desafios, mas se inaugurar é o verbo quando tratamos da luta antirracista, a nossa autonomia é resultado do aterramento de antigos consensos estabelecidos institucionalmente e dessa maneira desponta um projeto pensando por e para jovens mulheres negras.

Nosso papel era dar conta - ainda em 2015 - do acirramento dos discursos de ultradireita, que já delineavam o cenário político de retrocessos enfrentados na atualidade. A descrença nas instituições já colocava em xeque o lugar do Estado como indutor de políticas públicas e promotor do bem-estar social por setores fundamentalistas da sociedade. A “racialização” dos discursos, ou seja, as disputas nos setores progressistas em torno da centralidade da agenda étnico-racial que se sobrepôs, especialmente nos movimentos feministas e LGBTQ+ por conta da luta dos movimentos negros, resultou na ampliação de tais reflexões, culminando no debate acerca do colorismo⁴⁶. Em outras palavras, emergiam os questionamentos sobre quem é o sujeito negro no Brasil.

46 “O colorismo ou a pigmentocracia é a discriminação pela cor da pele e é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer”. Texto de Aline Djokic para o Blogueiras Negras, disponível em: <http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

É neste contexto que a ampliação da atuação de grupos/coletivos juvenis, bem como de figuras públicas nos debates na web, por meio de seus canais e perfis nas redes sociais, trouxe para a arena política uma reflexão sobre as novas formas de incidência política, em função de estruturas mais horizontais e autônomas imprescindíveis ao considerarmos a atuação destes sujeitos.

Assim sendo, a inovação era a única possibilidade quando pensamos em pausar superação do racismo, que atravessado pelo sexismo impõe às mulheres negras um cenário singular de marginalização. Encaramos este projeto como um processo de construção de uma nova linguagem social que significaria, sobretudo, o alargamento do mundo que conhecemos em termos de aspirações e perspectivas teóricas, pensando tanto a atuação no campo da juventude da instituição que integramos, quanto nas agendas de raça e gênero retratadas a partir do lugar de jovens mulheres negras. Nosso objetivo foi o de superar o lugar de reconhecimento das diferenças, trazendo a necessidade de singularizar estas formas de existência e reinterpretar as nossas histórias, partindo do lugar da opressão para construção da identidade.

Como aponta Luiza Bairros, ao analisar a perspectiva das empregadas domésticas, a defesa da singularidade do ponto de vista de mulheres negras está justamente em transcender o lugar socialmente construído como subalterno; era assumi-lo, ao mesmo tempo, como um lugar de observação da elite branca que nem os homens negros, nem os próprios brancos poderiam acessar. A potencialidade de transformação por meio desse ponto de vista está exatamente na politização desse olhar:

O que se espera das domésticas é que cuidem do bem-estar dos outros, que até desenvolvam laços afetivos com os que dela precisam sem no entanto deixarem de ser trabalhadoras economicamente exploradas e como tal estranhas ao ambiente do qual participam (outsider within). Contudo, isto não deve ser interpretado como subordinação. No limite essa marginalidade peculiar é o que estimula um ponto de vista especial da mulher negra, (permitindo) uma visão distinta das contradições nas ações e ideologias do grupo dominante. A grande tarefa é potencializá-la afirmativamente através da reflexão e da ação política. (BAIROS, 1995, p. 463)

A partir do reconhecimento de que as experiências geradas por meio dessa vivência em primeira pessoa ensina, sobretudo, a lutar contra o racismo hoje, foi que o projeto *Jovens Mulheres Negras* proporcionou à Ação Educativa avançar em nossa valorização enquanto líderes desse processo, da mudança do lugar de debate da agenda racial e de gênero na casa, mas sobretudo no enfrentamento ao racismo institucional.

Jovens Mulheres Negras por Jovens Mulheres Negras: Ação política e afeto

“O amor precisa estar presente na vida de todas as mulheres negras, em todas as nossas casas. É a falta de amor que tem criado tantas dificuldades em nossas vidas, na garantia da nossa sobrevivência. Quando nos amamos, desejamos viver plenamente. Mas quando as pessoas falam sobre a vida das mulheres negras, raramente se preocupam em garantir mudanças na sociedade que nos permitam viver plenamente.”
(HOOKS, 2000)

Refletir sobre articulação política de mulheres negras no cenário atual também nos mobiliza a refletir sobre os processos de construção identitária e, por sua vez, sobre as estratégias de ser e existir em um contexto de negação dessas identidades. Coloca-se como desafio pensar quais são as possibilidades de construir-se e afirmar-se sendo exatamente o oposto do que é esperado e valorizado socialmente.

Assim sendo, se como o próprio nome já diz, o principal critério para participar dessa iniciativa era ser mulher⁴⁷ e negra, nesse sentido priorizamos garantir a diversidade de identidades: quanto mais experiências e diferentes vivências, maior o acúmulo sobre o que somos e como somos. Afirmção fundamental no combate a homogeneização depreciativa que o racismo nos submete.

Foi desta maneira que solidificamos a nossa percepção de que a identidade de gênero como aglutinador nos processos de construção do ativismo dessas jovens, — considerando a presença de mulheres cis e trans* — não despontou como marcador social suficiente na construção de suas atuações políticas. A identidade negra é fundante em suas percepções individuais, tanto quanto a de gênero, mas o fato é que a lente racial impacta de modo decisivo a maneira como essas jovens ativistas se relacionam — já que o padrão vigente é um corpo branco com suas individualidades valorizadas e passível de servir a si próprio por direito — como podemos identificar na fala de Thais Rosa, uma das integrantes do projeto, ao trazer a concepção de povo enquanto dimensão da unidade política da população negra:

47 “Mulher é um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim. Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e re-significações” (BUTLER, 2010, p. 59. Grifo da autora)

O Hub das Pretas é um lugar no meio de um mundo hostil, um lugar de acolhimento, um lugar onde eu consegui me ver em outras mulheres pretas. E para além disso, o Hub das Pretas foi pra mim um grande aprendizado de troca, de compartilhamento, de se entender enquanto povo. E se eu tivesse que deixar alguma mensagem pras minhas irmãs que participaram dessa vivência tão importante, tão enriquecedora seria: compartilhar. Que a gente possa compartilhar essa experiência de união, essa experiência de coletivo, essa experiência de mulheres pretas com outras mulheres pretas, para que esse projeto na verdade não tenha um fim, mas continue nas nossas vidas, nos nossos territórios.

Mesmo quando essas mulheres circulam e atuam em movimentos sociais, como o caso de muitas das participantes dessa iniciativa, a contradição aparece na universalização desses sujeitos, como observado por Luiza Bairros (1995) em sua análise do conceito de ininterseccionalidade⁴⁸, que — segundo a autora — quando não considerada, implicava no risco de não dimensionar as complexidades das mulheres negras: ser negro nos Movimentos Antirracistas e ter sua dimensão de gênero muitas vezes em segundo plano e, ao mesmo tempo, ser mulher em um movimento feminista e não ter as opressões do racismo levadas em conta.

“Considero essa formulação particularmente importante, não apenas pelo que ela nos ajuda a entender diferentes feminismos mas pelo que ela permite pensar em termos dos movimentos negro e de mulheres negras no Brasil. Este seria fruto da necessidade de dar expressão a diferentes formas da experiência de ser negro (vivida através do gênero) e de ser mulher (vivida através da raça), o que torna supérfluas discussões a respeito de qual seria a prioridade do movimento de mulheres negras na luta contra o sexismo ou contra o racismo? - já que as duas dimensões não podem ser separadas. Do ponto de vista da reflexão e da ação políticas, uma não existe sem a outra.” (BAIROS, 1995 p. 461)

Ser mulher negra é deparar-se frequentemente com o não lugar, onde liberdade é uma utopia e muitas vezes não está posta às mulheres negras que têm um leque de possibilidades bastante restrito. Não apenas somos negligenciadas, o caso é que quando falamos raramente somos ouvidas.

48 COLLINS Patricia H. Black Feminist Thought Knowledge Consciousness and Politics of Empowerment Nova Iorque NY, Routledge 1991. Tradução disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4123078/mod_resource/content/1/Patricia%20Hill%20Collins.pdf

Nos espaços de militância, onde nos identificamos umas com as outras, nos tornamos muitas vezes uma só, somos fortes e guerreiras; nos espaços acadêmicos muitas vezes somos vistas como arrogantes; no convívio social em geral como briguentas e num dado momento essas denominações nos cabem. Positivamos as generalizações racistas dizendo que “nós” mulheres negras somos isso e muitas outras coisas, como estratégia de luta referimos a nós mesmas enquanto coletivo assim como escrevemos esse texto em primeira pessoa do plural.

Tentando entender as diferentes dimensões que nos constituem, construímos uma linha narrativa e pedagógica dos encontros mensais previstos, a fim de propiciar um espaço seguro, de troca e escuta. Nos unimos pelo que tínhamos em comum e ao mesmo tempo pela diversidade de nossas trajetórias.

Os encontros foram no sentido de experimentar e tentar sintetizar as principais pautas que afetam a vida de mulheres negras. Nos debruçamos a pensar alternativas de articulações políticas (“nós por nós”) e, ao mesmo tempo, na importância de cuidarmos da nossa saúde mental. Foram meses pensando estratégias de campanha, discutindo o genocídio da população negra, a violência obstétrica, a importância do cumprimento da lei 10639/03, sobre poder financeiro, dentre tantas outras questões.

Durante esse processo, também nos permitimos sentir a nós mesmas, sentir no sentido mais puro, se é que é possível. Cada encontro propunha a descoberta de um novo lugar, de uma nova dinâmica, como um caminho de fortalecimento de vínculo. E a cada espaço de escuta, de cuidado, seja por meio da alimentação, da organização do espaço, da possibilidade de conhecer uma nova referência, ficava evidente como os afetos e/ou desafetos marcavam essas mulheres e assim íamos potencializando e aprendendo a amar a singularidade de cada uma de nós.

Ler e entender o próprio tempo que se vive e ao mesmo tempo o que se é, nos parece o maior desafio desse projeto. Era sabida a necessidade de dar continuidade às diversas e históricas atuações de mulheres negras. Também era possível afirmar que algo tinha mudado, que os caminhos talvez não fossem os mesmos, mas foi somente ao longo dessa experiência que demos concretude à importância e à potência desses encontros por si mesmos.

Que as nossas descobertas estejam aqui registradas para sermos continuidade, para sempre seguirmos adiante como parte desta trajetória que é de luta e atuação política, mas que é sobretudo de construção de sonhos e utopias.

Referências Bibliográficas:

BAIRROS, Luiza. Nossos feminismos revisitados. In: Dossiê Mulheres Negras – Matilde Ribeiro (org). Revista Estudos Feministas, Florianópolis/SC, CFH/CCE/UFSC, V.3 N.3, 1995, pp.458-463

BUTLER, Judith. Problemas de gênero. Feminismo e subversão de identidade. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010

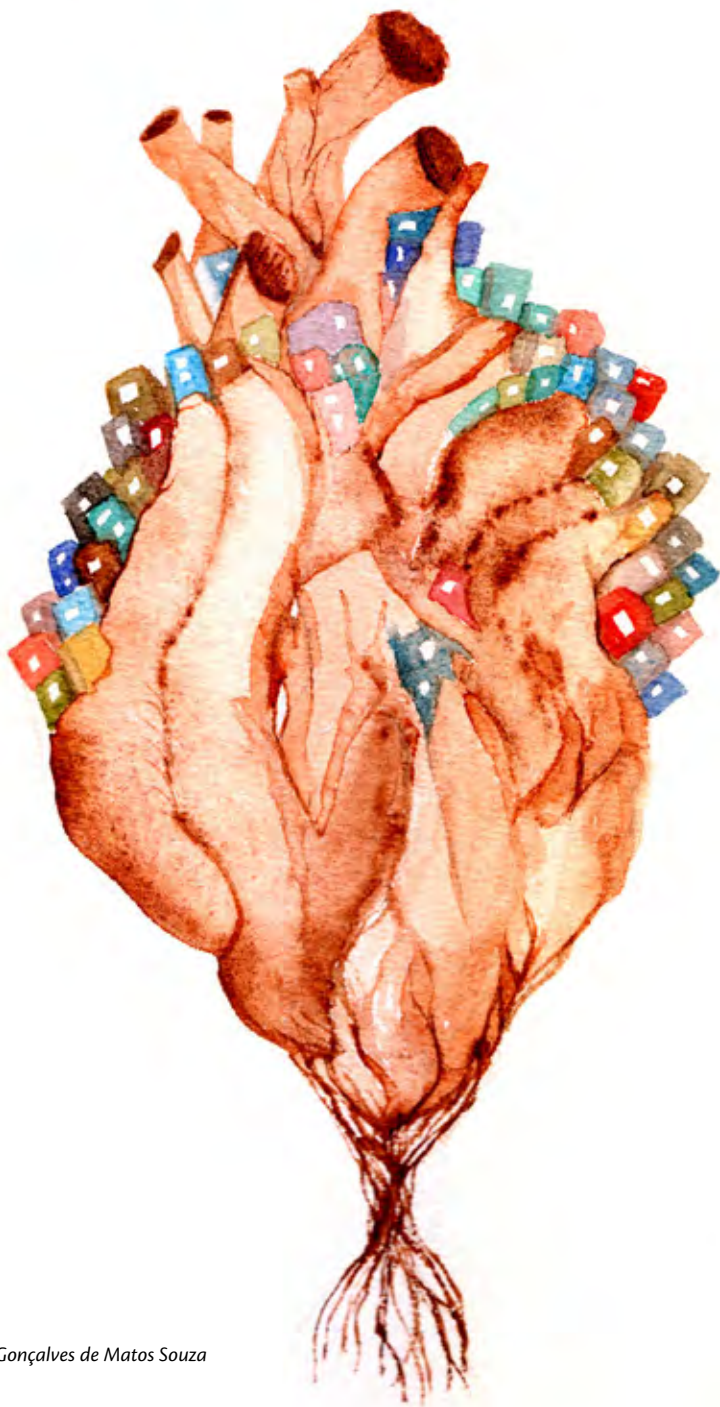
DJOKIC, Aline. Colorismo: O que é, como funciona. In: Blogueiras Negras

<http://blogueirasnegras.org/2015/01/27/colorismo-o-que-e-como-funciona/>

HOOKS, bell. Vivendo de amor. In: Werneck, J. O livro da saúde das mulheres negras: nossos passos vêm de longe. Rio de Janeiro: Pallas: Criola, 2000

EVARISTO, Conceição. Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade. Scripta, [S.l.], v. 13, n. 25, p. 17-31, dez. 2009. ISSN 2358-3428. Disponível em: <http://periodicos.pucminas.br/index.php/scripta/article/view/4365/4510>. Acesso em: 08 dez. 2018.





Fabio Gonçalves de Matos Souza

Mulheres negras, direito à cidade e a nova ordem da resistência

Jessica Cerqueira Tavares, Anna Luiza Salles Souto e Henrique Botelho Frota⁴⁹

O direito à cidade é um tema de crescente centralidade no debate público e figura como bandeira bastante reivindicada pelos movimentos insurgentes mobilizados nas ruas. Isso porque esse direito tem revelado uma potência aglutinadora entre as mais diversas necessidades para a cidadania e a vida digna. Indo além de lutas isoladas por transporte ou habitação, o direito à cidade estabelece uma interconexão entre as inúmeras dimensões da vida urbana (moradia adequada, mobilidade, espaços públicos, segurança, trabalho, cultura...), pensando-a a partir dos territórios e do enfrentamento das desigualdades.

As cidades expressam as relações de poder estruturais da sociedade brasileira, seja nos espaços públicos ou privados, de forma a produzir padrões de hierarquização dos territórios com base no racismo, no sexismo e na heterocis-normatividade, entre outros fatores. Essas condições operam de maneira profunda e estão plenamente articuladas com barreiras econômicas impostas à população e com a mercantilização do espaço urbano, gerando padrões de urbanização implacavelmente excludente. Por isso, a luta por cidades justas não pode estar dissociada do enfrentamento às opressões.

De acordo com a *Carta Mundial pelo Direito à Cidade*, este conceito é entendido como “o usufruto equitativo das cidades dentro dos princípios de sustentabilidade, democracia, equidade e justiça social”⁵⁰. É um direito coletivo das presentes e futuras gerações, em especial dos grupos vulnerabilizados, conferindo-lhes legitimidade de ação e organização na luta pelo pleno exercício do direito à livre autodeterminação e a uma vida plena.

49 Jessica Cerqueira Tavares é pesquisadora de políticas públicas e direito à cidade; Anna Luiza Salles Souto é socióloga, pesquisadora e coordenadora da área de juventudes e participação; e Henrique Botelho Frota é coordenador executivo no Instituto Pólis.

50 CARTA MUNDIAL PELO DIREITO À CIDADE (2006). Disponível em: <http://www.polis.org.br/uploads/709/709.pdf>

Nesse sentido, o direito à cidade deve ser visto, antes de tudo, como uma convocação à ação. Trata-se do direito à vida urbana transformada e renovada⁵¹, o que implica no reconhecimento e enfrentamento das condições estruturais que limitam a liberdade de grupos sociais.

Como lembra Angela Davis, a luta pela liberdade é uma tarefa constante que deve ser travada de forma invariavelmente coletiva, pois “as lutas progressistas – centradas no racismo, na repressão, na pobreza ou em outras questões – estão fadadas ao fracasso se não tentarem desenvolver uma consciência sobre a insidiosa promoção do individualismo capitalista”⁵².

No caso das mulheres negras, é fundamental reconhecer que o “racismo patriarcal”⁵³ impõe um nível de violência e negação de direitos muito superior ao que é vivenciado por outros grupos sociais na cidade. Em seu cotidiano, elas são afetadas por vários eixos de subordinação que vulnerabilizam sua existência, levando a desvantagens com impacto estrutural nas diversas dimensões de suas vidas⁵⁴, o que inclui o direito à cidade.

As mulheres negras são as maiores vítimas de violência cometida no âmbito privado, bem como as mais assediadas no espaço público e no sistema de mobilidade urbana, como aponta o estudo *Visível e Invisível - A vitimização de mulheres no Brasil*⁵⁵.

São também as mais afetadas pela violência letal e sexual. Segundo o *Atlas da Violência 2018*, o homicídio de mulheres negras sofreu um aumento de 15,4% entre 2006 e 2016, enquanto que o índice teve uma queda de 8% entre as mulheres não negras no mesmo período. Em relação aos estupros, 54% dos casos registrados em 2016 foram cometidos contra mulheres negras, enquanto 34,3% dos casos foram contra mulheres brancas⁵⁶.

51 LEFBVRE, Henri. *O direito à cidade*. São Paulo: Centauro, 2001, p. 118.

52 DAVIS, Angela. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018, p.19

53 CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria. Racismo patriarcal: muito além do conhecido. Entrevista com Cleusa Aparecida da Silva. Publicado em: 20.dez.2013. Disponível em: http://www.cfemea.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4198:racismo-patriarcal-muito-alem

54 Idem. *Ibidem*.

55 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; DATAFOLHA. *Visível e Invisível - A vitimização de mulheres no Brasil*. São Paulo: 2017. Disponível em: <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>

56 FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA; IPEA. *Atlas da Violência 2018*. Rio de Janeiro: FBSP; IPEA, 2018.

São igualmente elas as que apresentam os piores níveis de renda no país, uma vez que a população negra tem uma renda média equivalente a praticamente metade daquela auferida pela população branca, e as mulheres possuem uma renda média inferior a 30% em comparação com o que ganham os homens⁵⁷.

Esse sistema de opressões estruturais tem uma forte implicação nos territórios da cidade. No caso de São Paulo, as oito regiões com maioria de população negra estão nas periferias da zona leste ou sul da cidade, distantes das concentrações de emprego, dos serviços públicos e dos equipamentos de cultura e onde os índices de violência são mais elevados. Essas mesmas áreas são as que apresentam os piores níveis de renda da cidade. Por exemplo, a Subprefeitura de Parelheiros, com 57,13% de pessoas negras, tem a pior renda média da cidade, com R\$ 1.974,00. Já a subprefeitura de Pinheiros, com apenas 7,3% de população negra, tem uma renda média de R\$ 17.045,00⁵⁸.

As mulheres negras, no entanto, não são um bloco homogêneo. Apesar de terem seus corpos atravessados por violações que assemelham suas experiências na urbe, a diversidade de quem são e do que fazem para resistir nas cidades é central neste debate.

As mais variadas respostas que insurgem nas periferias dos centros urbanos determinam que a transformação vem das ruas — e ela é negra e feminina. São inúmeros os coletivos nos centros urbanos que, com atuações diversas, dão um novo tom do que é o direito à cidade e as alternativas de como reivindicá-lo. A reverberação dessas lutas alarga o conceito de direito à cidade, que passa a incluir a defesa e garantia de cidades livres de discriminação, com igualdade de gênero, diversidade étnica, racial, sexual e cultural, com maior participação política, com economias diversas, sustentáveis e inclusivas.

A iniciativa Quebrada Maps, na periferia da Zona Oeste de São Paulo, é um desses exemplos. Esse Coletivo propõe a elaboração de uma cartografia comprometida com a periferia e com a produção de discursos espaciais contra-hegemônicos. Organizações e coletivos como esse demonstram uma resistência intrínseca pela vida das mulheres negras, mas também são exemplos de uma

57 OXFAM BRASIL. País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras. São Paulo: Oxfam Brasil, 2018.

58 Dados oriundos do Censo 2010 e sistematizados pelo Fórum de Desenvolvimento Econômico Inclusivo – São Paulo Diverso, da extinta Secretaria de Promoção da Igualdade Racial da Prefeitura de São Paulo. Disponível em: <http://www.saopaulodiverso.org.br/>

política desinstitucionalizada. Face à inação estatal, organiza-se a resistência contra o genocídio e pelo bem viver das mulheres negras.

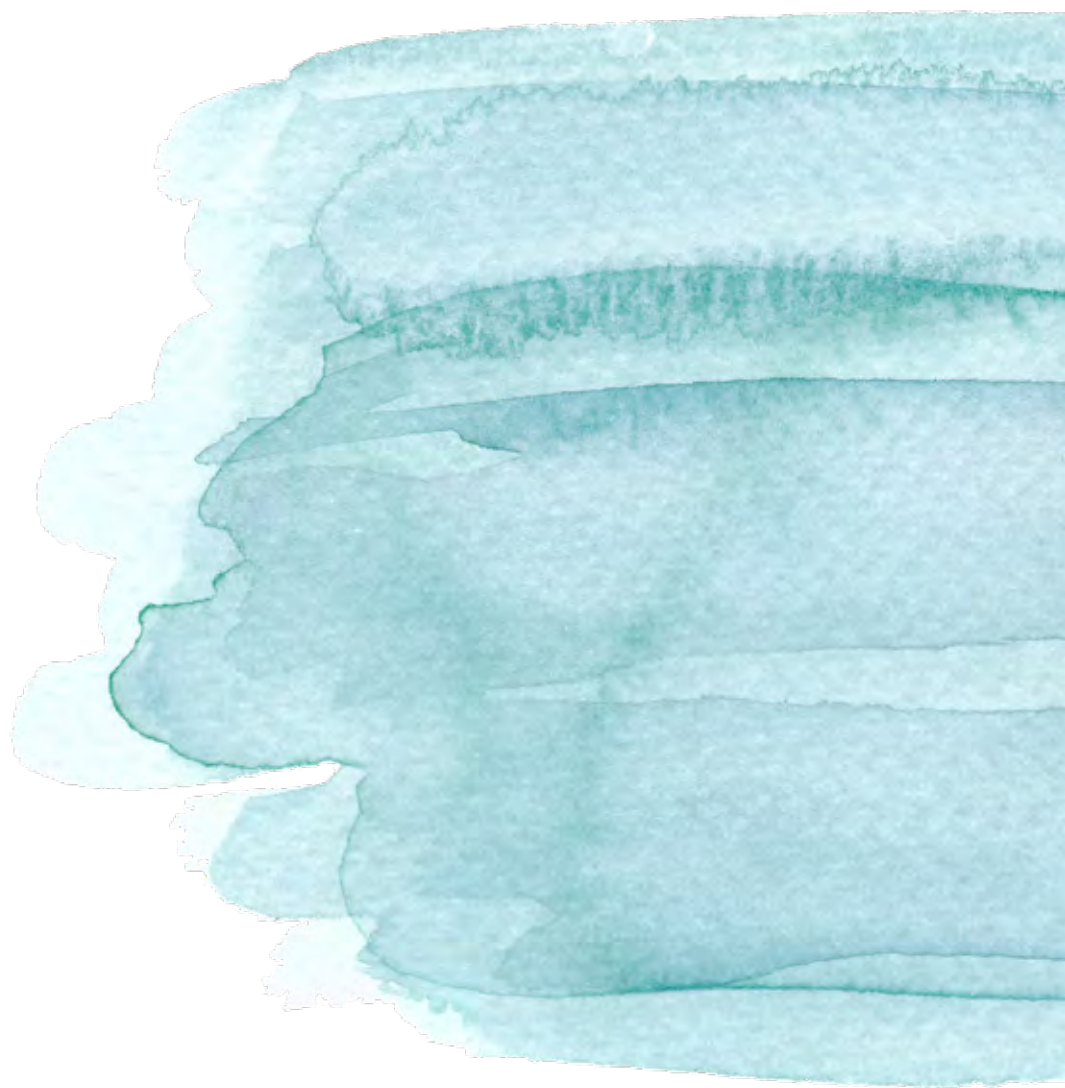
Muitos desses aprendizados foram absorvidos no âmbito do projeto *Jovens Mulheres Negras fortalecidas na luta contra o Racismo e Sexismo (Hub das Pretas)*, e impactaram tanto as jovens participantes quanto o Instituto Pólis, parceiro dessa iniciativa.

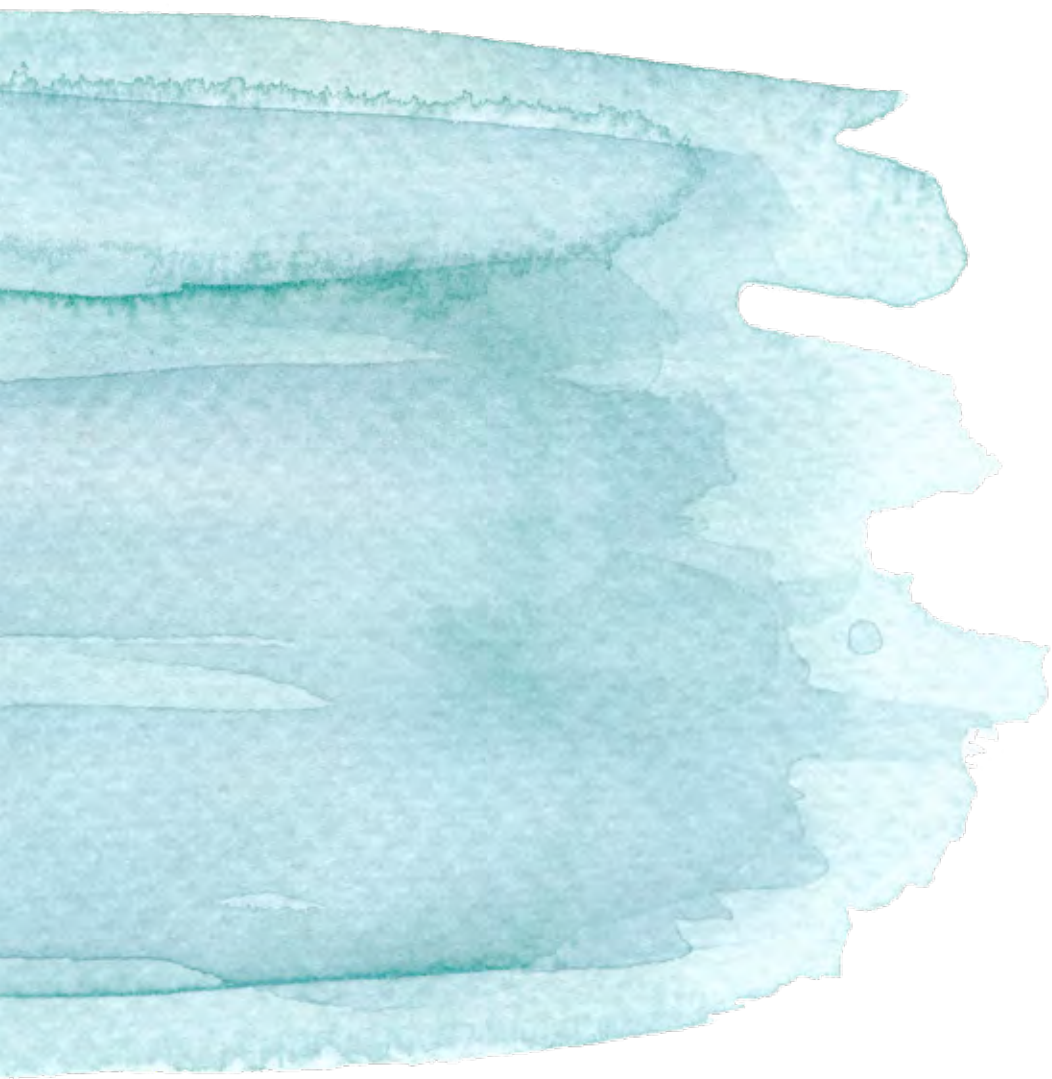
Os efeitos institucionais se fazem sentir até hoje. A interação com as jovens negras, com as discriminações e violências sofridas no seu cotidiano resignificaram nosso olhar sobre as desigualdades vividas no urbano. Mais do que isso, escancararam os privilégios da branquitude.

Essa vivência provocou uma tomada de consciência sobre o racismo institucional no qual estamos imersos. Diante disso, somos convocados a uma ação transformadora que impele a repensar todas as dimensões da organização a partir de um olhar mais comprometido com a situação das mulheres negras. Um dos efeitos desse processo é uma maior qualificação dos temas e da agenda política da instituição, que hoje inclui raça e gênero como questões estruturantes das desigualdades urbanas.

Além disso, tem-se operado uma mudança de cultura interna, com a revisão dos critérios de seleção de profissionais que compõem o quadro de pessoal do Pólis, objetivando constituir uma equipe técnica mais diversa e que inclua mulheres negras como protagonistas das ações desenvolvidas nas diversas áreas da instituição.

O *Hub das Pretas* provocou uma revolução nos nossos corações e mentes. Temos consciência de que esse é um longo processo e de que estamos apenas no início. Porém, sabemos que ele adentrou na instituição, é irreversível e que todos os esforços são no sentido de radicalizá-lo.





Realização:



Parceria:

